



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**CONTRATO Nº 25/2023**

**CONTRATO N. 25/2023/TRE-RO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N. [0001859-86.2023.6.22.8000](#).**

**CONTRATAÇÃO DIRETA (EMERGENCIAL) POR DISPENSA DE LICITAÇÃO – Serviços sem demo.**

**CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PARA COBERTURA DE RISCO TOTAL DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS PERTENCENTES AO TRE-RO.**

**CONTRATANTE:** A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, CNPJ 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG **\*\*\*.893-SSP/RO** e do CPF **\*\*\*.106.849-\*\***, nomeada pela Portaria TRE-RO n. 01, de 03 de janeiro de 2018, publicada no DOU de 8 de janeiro de 2018, portadora da matrícula funcional n. 260468.

**CONTRATADA:** Empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, inscrita no CNPJ sob o n. **61.198.164/0001-60**, com sede na Avenida Rio Branco, nº 1489, e Rua Guaianases, nº 1238 – Campos Elíseos, CEP: 01205-0001– São Paulo/SP, Telefone(s): (11) 3366-3258, neste ato representada pela senhora **NEIDE OLIVEIRA SOUZA**, brasileira, Cédula de Identidade nº **\*\*.543.\*\*\*-8**, expedida SSP/SP e CPF **\*\*\*.408.568-\*\***, E-mail: [coleta.licitacoes@portoseguro.com.br](mailto:coleta.licitacoes@portoseguro.com.br), e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

representada também pela senhora **ANDREZA CRISTINA DE OLIVEIRA VALDES**, brasileira, Cédula de Identidade nº \*\*.916.\*\*\*, expedida SSP/SP e CPF \*\*\*.772.278-\*\*, E-mail: edital.licitacoes@portoseguro.com.br.

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - NLLC), Resolução TSE 23.702/2022 (Política de Governança das contratações na Justiça Eleitoral), Instrução Normativa TRE-RO 9/2022 (Aplicação das regras e procedimentos da NLLC às contratações diretas) e, supletivamente, Lei 10.406/2002 (Código Civil) e Lei 13.709/2018 (Proteção de Dados Pessoais), Resolução TRE-RO nº 31/2023 (Política e os mecanismos de prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação), assim como as decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e demais legislações aplicáveis.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Contratação direta por dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021.

**ATO DE AUTORIZAÇÃO DA DESPESA:** Despacho n. 1344/2023 - PRES/DG/GABDG, de 08/11/2023 (evento [1082604](#)).

**DO OBJETO**

**(Art. 92, I e II, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Este Contrato tem por objeto a contratação **emergencial** de serviços de seguro para cobertura de risco total de bens móveis e imóveis pertencentes a este Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO), localizados na Capital e no interior do Estado.

**Subcláusula Primeira** – Os endereços dos imóveis do TRE-RO estão relacionados no anexo I deste instrumento.

**Subcláusula Segunda** – O Memorial Descritivo dos imóveis consta no Anexo II deste instrumento.

**Subcláusula Terceira** – A Proposta da Contratada consta no anexo III do Termo de Referência (evento [1066489](#)) e no anexo III deste instrumento.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Quarta** – A CONTRATADA deverá observar, entre outros, os critérios de sustentabilidade definidos para esta contratação, conforme detalhado no Capítulo 6.1 do Termo de Referência correspondente.

**Subcláusula Quinta** – As informações sobre o estado de conservação dos bens patrimoniais a serem cobertos pela apólice, bem como a relação dos mesmos poderão ser obtidas na Coordenadoria de Materiais e Patrimônio - COMAP, Seção de Patrimônio - SEPAT do TRE-RO, junto à sede do TRE-RO, localizado na Av. Pres. Dutra, nº 1889, Baixa da União, Porto Velho/RO, CEP 76.805-859, ou através dos telefones: 3211-2073 (Chefe Seção Manutenção Predial - SEMAP) ou 3211-2013 (Chefe da SEPAT, para dúvidas sobre bens patrimoniais).

**Subcláusula Sexta** – Os bens permanentes a serem cobertos pela apólice correspondem aos móveis, máquinas, equipamentos elétricos, eletrônicos e utensílios pertencentes ao patrimônio do TRE-RO, bem como aqueles colocados formalmente à sua responsabilidade, que se encontrarem instalados ou guardados no Edifício Sede do TRE-RO, Fórum Eleitoral de Porto Velho, Unidades do Anexo II - Depósito de Urnas, Anexo III - Garagem e Fóruns Eleitorais do interior.

**Subcláusula Sétima** – As plantas baixas e detalhes das edificações poderão ser obtidos com os servidores: André Pimentel e Antônio Roberto na Assessoria de Engenharia – ASSENGE do TRE-RO, por meio dos telefones: (69) 3211-2072/ 2119, e-mail: assenge@tre-ro.jus.br.

**Subcláusula Oitava** – Uma vez paga a indenização integral, os SALVADOS passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora que emitiu a apólice.

**Subcláusula Nona** – Os Fóruns Eleitorais que atualmente estão em obras são os seguintes: Rolim de Moura e Cerejeiras.

**Subcláusula Décima** – Vinculam-se a esta contratação, independente de transcrição:

1. O Termo de Referência (TR) respectivo e seus anexos;
2. A proposta da CONTRATADA (evento [1066489](#)); e
3. O ato de autorização da despesa via dispensa de licitação.

## **DAS COBERTURAS DOS IMÓVEIS**

**CLÁUSULA SEGUNDA** - Os imóveis ora mencionados deverão ter as seguintes coberturas nas apólices desta contratação:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Incêndio, Raio e Explosão;
2. Danos Elétricos;
3. Impacto de Veículos;
4. Vendavais, estendido aos bens ao ar livre;
5. Tumultos, compreendidos os atos não dolosos;
6. Roubos e Furtos de Bens, excluído furto simples;
7. Responsabilidade Civil Operações; e
8. Quebra de Vidro.

### **DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**(Art. 92, IV, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O regime de execução indireta dos serviços objeto deste contrato é o de empreitada por preço global.

### **DO MODELO DE EXECUÇÃO**

**(Art. 92, IV, VII e XVIII, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA QUARTA** - O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam neste contrato e no Termo de Referência, vinculado a este instrumento.

**Subcláusula Primeira** – O prazo de execução deste contrato será equivalente ao prazo de vigência da apólice do seguro, ou seja, 1 (um) ano, a partir das 24h00 da data de início até as 24h00 do dia de seu vencimento.

**Subcláusula Segunda** – A Apólice de Seguro deverá ser entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do pagamento do valor total do prêmio do seguro, observadas as seguintes condições:

- a) A apólice de seguro será recebida provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste documento e na proposta.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**b)** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

**c)** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, pelo fiscal, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**d)** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Subcláusula Terceira** - A não entrega da apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro dos prazos e termos contratados, da cobertura do seguro delimitada no objeto contratado.

**Subcláusula Quarta** - Na Apólice de Seguro deverá constar, no mínimo:

- a)** Descrição do objeto segurado e o nome do seguro;
- b)** Datas de início e término da vigência da cobertura, a qual não será inferior a um ano;
- c)** Descrição dos riscos cobertos, bem como os prejuízos indenizáveis para cada bem;
- d)** Valor do prêmio de cada imóvel segurado;
- e)** Valor da franquia de cada imóvel coberto e o teto de valores mínimos dos prejuízos indenizáveis;
- f)** O prazo de execução deste contrato será equivalente ao prazo de vigência da apólice do seguro, ou seja, 1 (um) ano, a partir das 24h00 da data de início até as 24h00 do dia de seu vencimento.

## **DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO**

**(Art. 105 e sgs, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA QUINTA** – Este Contrato terá prazo de vigência de 1 (um) ano, a contar do início do prazo de vigência da apólice do seguro até o



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

término da data de seu vencimento, na forma do artigo 105, caput, da Lei n. 14.133/2021.

**Subcláusula única** – O prazo de execução deste contrato será equivalente ao prazo de vigência da apólice do seguro, ou seja, 1 (um) ano, a partir das 24h00 da data de início até as 24h00 do dia de seu vencimento.

**DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

**(Art. 92, V e VI, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA SEXTA – PREÇO:** O valor total estimado deste Contrato é de **R\$ 59.936,40** (cinquenta e nove mil novecentos e trinta e seis reais e quarenta centavos), correspondente à soma do valor da proposta da CONTRATADA, **R\$ 32.936,40** (evento [1066489](#)) reproduzida no Anexo III deste instrumento)) e do valor de **R\$ 27.000,00** (vinte e sete mil reais) que o CONTRATANTE reservará para a eventual necessidade de pagamento de franquia/POS do seguro contratado, consoante detalhado abaixo:

DESCRIÇÃO	VALOR ANUAL
1. Seguro de bens móveis e imóveis	<b>R\$ 32.936,40</b>
2. Valor reservado para eventual pagamento de franquia/POS do seguro contratado *	R\$ 27.000,00
<b>VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (A+B)</b>	<b>R\$ 59.936,40</b>

\* O valor da franquia somente será utilizado em caso de sinistro, não havendo necessidade de empenho prévio.

**Subcláusula Primeira** – No valor definido nesta cláusula estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, sendo que o Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser realizada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

**Subcláusula Segunda – PAGAMENTO DE FRANQUIA DE SEGURO:**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) Na ocorrência de eventuais sinistros de perda parcial que necessitem do acionamento do seguro do imóvel, o CONTRATANTE ficará responsável pelo pagamento do respectivo valor da franquia ou do percentual de Pagamento Obrigatório do Segurado (POS);
- b) O percentual de POS não poderá ser superior a 10% (dez por cento) do valor do prejuízo indenizável do sinistro, desde que respeitados os valores de franquia estipulados para cada item de cobertura da apólice;
- c) O valor do percentual de POS somente será considerado, para efeitos de pagamento, se o percentual do valor dos prejuízos indenizáveis do sinistro for superior ao valor da franquia estipulada pela seguradora;
- d) O pagamento do valor do POS e do valor da franquia não é cumulativo;
- e) Em caso de indenização integral (perda total do objeto) não será cabível a cobrança do valor da franquia do seguro ou do valor do POS;
- f) Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% (setenta e cinco por cento) dos valores referenciados no Termo de Referência;
- g) O CONTRATANTE deverá providenciar a devida reserva orçamentária para cobrir custos de cobertura da referida franquia na eventual ocorrência de sinistro parcial:
  - g1) Para efeitos de estimativa, foi delimitado o valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) para fins de reserva orçamentária destinada a eventuais pagamentos de franquias/POS do seguro contratado.

**Subcláusula Terceira – FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento será realizado uma única vez, em moeda corrente, até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de recebimento dos seguintes documentos:

- a) Certidões de Regularidade Fiscal;
- b) Inscrição regular da licitante junto à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados;
- c) Nota Fiscal ou Fatura, referente ao seguro.

**I –** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**II** – Cumpridas pela CONTRATADA todas as exigências legais e contratuais, o CONTRATANTE fará o pagamento em até 10 (dez) dias úteis, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em favor da contratada, na conta corrente indicada na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número de conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A.

**III** - Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, e-mail, número de celular ou chave aleatória.

**IV** - Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe que se tratar de conta corrente ou conta poupança.

**V** - O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.

**VI** - Nenhum pagamento será realizado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta à contratada em virtude de penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

**VII** - Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\frac{EM}{Na} = \frac{I}{365} \times N \times \frac{VP}{100}$$

qual:  
EM = Encargos moratórios;  
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;  
VP = Valor da parcela a ser paga.  
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**VIII** - A compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**IX** - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária ou OBPIX para pagamento.

**Subcláusula Quarta – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto no termo de referência (TR) respectivo.

**I** - Quando houver glosa parcial do valor a ser pago, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

**II** - O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados da contratação e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução da contratação;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**III** - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

**IV** - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da contratada, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n. 14.133/2021, de forma a obter certidão de regularidade da contratada quanto: aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça, observando que:

- a) Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas ao pagamento, a contratada deverá regularizar a situação em até 05 (cinco) dias. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a nota fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

**V** - Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação e de qualificações exigidas para a contratação; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como eventuais ocorrências impeditivas indiretas;

**VI** - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Contrato e no termo de referência respectivo.

**VII** - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**VIII** - Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa, sendo passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento. Havendo pagamentos pendentes esses serão realizados com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à CONTRATADA. (Acórdão n. 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).

**IX** - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da contratação, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou comprove a regularidade exigida.

**X** - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**(Art. 92, VIII, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA SÉTIMA** - As despesas com a execução da presente contratação correrão inicialmente à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Fonte de Recurso: 1027000000 e Natureza da Despesa: 339039, conforme Nota de Empenho n. 2023NE000510, datada de 09/11/2023 (evento [1084520](#)), a ser reforçada, caso necessário, consoante detalhamento orçamentário a seguir:

<b>FONTE ORÇAMENTÁRIA</b>	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	ORDINÁRIO (Manutenção Geral )
AGREGADOR	Operação dos Serviços Administrativos
DESPESA AGREGADA	SEGUROS
PLANO INTERNO	AOSA SEGURO
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	R\$
PLANO INTERNO	AIEF MANPRE
EVENTUAL PAGAMENTO DA FRANQUIA*	R\$ 27.000,00

\*O valor da franquia somente será utilizado em caso de sinistro, não há necessidade de empenho prévio.

**DO REAJUSTE**

**(Art. 25, §§ 7º e 8º; art. 92, V, §§ 3º e 4º, e art. 135 da Lei n.14.133/21)**

**CLÁUSULA OITAVA** - O preço contratado poderá ser reajustado, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, considerado como tal a data da proposta inicial ofertada na abertura da proposta.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Primeira** – Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade originária, para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato

**Subcláusula Segunda** – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, em casos de outras excepcionais prorrogações contratuais, o interregno mínimo de um ano será contado da data de início dos efeitos financeiros do início último reajuste ocorrido.

**Subcláusula Terceira** – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s). Na ocorrência dessa hipótese, fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente.

**Subcláusula Quarta** – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**Subcláusula Quinta** – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**Subcláusula Sexta** – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**Subcláusula Sétima** – O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

## **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**(Art. 92, XII e XIII e Art. 96 e segs. da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA NONA** – Não haverá exigência de garantia contratual da execução deste objeto.

## **DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**(Art. 117 da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA DÉCIMA** - No TRE-RO, a gestão desta contratação será exercida pelo titular da Seção de Manutenção Predial – SEMAP, e a fiscalização desta contratação será exercida pelos servidores indicados pelo titular da Seção de Manutenção Predial – SEMAP, ou serão exercidas pelo seu respectivo substituto, aos quais competem, nessas condições, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa nº 04/2008/TRE-RO, observando o que segue:

**1. Rotinas de Fiscalização Contratual:**

**1.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

**1.2.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

**1.2.1.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

**1.2.2.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

**1.3.** O contratado deverá apresentar preposto para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

**1.4.** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

**1.4.1.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

**1.5.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

**1.6.** O TRE-RO poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

**1.7.** Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

**1.8.** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

**1.9.** Além do disposto acima, para fins de comunicação entre o TRE-RO e a Contratada ficam estipulados os seguintes meios:

- a) Chamada Telefônica: pode ser utilizada para alinhamentos, esclarecimento de dúvidas e outras demandas que possam ser tratadas informalmente;
- b) A Contratada deverá informar os seus números de contato ao gestor do contrato, assim como demais meios de comunicação e mantê-los sempre atualizados;
- c) E-mail institucional: deve ser utilizado para comunicações relativas a convocações para reuniões, atualização de informações relevantes e outras que mereçam ser documentadas.

**1.10.** A apólice apresentada em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência, no contrato, ou caso ocorra qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, a apólice será devolvida à Contratada e, neste caso, o prazo para pagamento será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

**2. O gestor do contrato** ficará responsável por:

**I** - Zelar pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação e controle previstos nas normas de gestão de contratos da Justiça Eleitoral, atuando de forma complementar ao fiscal do contrato, atuando de forma preventiva e proativa, alertando o contratado para a proximidade do vencimento de prazos e obrigações relacionadas ao contrato que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos;

**II** - Proceder à imediata notificação à CONTRATADA nas hipóteses de descumprimento das obrigações contratuais, concedendo prazo razoável, quando não fixado no próprio contrato, para sua correção;





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**III** - Registrar os ajustes acordados com o representante da contratada, colhendo sua assinatura e promovendo a sua juntada ao processo;

**IV** - Juntar no próprio processo, ou em outro relacionado especialmente aberto com este fim - quando a natureza, a complexidade ou o valor da contratação assim determinar - as ocorrências verificadas na execução contratual, bem como as medidas levadas a efeito para sua solução, as quais serão parte integrante do processo de contratação respectivo;

**V** - Exercer as atribuições de fiscal de documentação, realizando o controle e acompanhamento da parte referente à documentação formal do contrato, compreendendo a verificação da legislação fiscal, tributária, comercial e contábil;

**VI** - Dirimir dúvidas e responder a consultas e requerimentos quanto aos termos do contrato, inclusive quanto à alteração contratual, ouvindo, quando necessário, o fiscal do contrato;

**VII** - Aplicar, se entender conveniente, de forma fundamentada, a pena de advertência e propor à autoridade superior a aplicação de outras penalidades, previstas no contrato;

**VIII** - Comunicar à Administração, por escrito, sobre o término do contrato, observando o prazo de até 90 (noventa) dias corridos, apresentando as justificativas necessárias, caso se trate da realização de nova licitação, de prorrogação do contrato ou de contratação direta;

**IX** - Acompanhar todos os atos praticados pelo fiscal de execução, manifestando-se quando necessário;

**X** - Autorizar o fornecimento de peças pela contratada, zelando pela disponibilidade orçamentária;

**XI** - Solicitar, sempre que julgar necessário, manifestação expressa das unidades de assessoria e técnicas do Tribunal;

**XII** - Praticar outros atos e prestar quaisquer informações afins a suas atribuições sempre que solicitadas pelo Secretário da SAOFC ou outra autoridade do Tribunal;

**XIII** - Exercer as demais atribuições de gestor estabelecidas no art. 28 da IN/TRE nº 004/2008 ou outra norma que venha a substituí-la;

**XIV** - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

### **3. Mecanismos Formais de Comunicação:**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Será realizada uma reunião inicial do contrato com a participação da contratada, do gestor e fiscais do contrato.
2. O mecanismo formal de comunicação utilizado no contrato será o e-mail, conforme detalhamento a seguir:

ASSUNTO	E-MAIL
Envio de notas fiscais e informações sobre faturamento	semap@tre-ro.jus.br
Informações técnicas	semap@tre-ro.jus.br

### **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**(Art. 92, X, XI e XIV, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**— São obrigações do CONTRATANTE:

1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste instrumento contratual, no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da observância da legislação pertinente;
2. Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na prestação de serviços;
3. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida;
4. Exigir e conferir todos os documentos listados nas obrigações prévias da CONTRATADA, manifestando-se por sua regularidade ou notificar a CONTRATADA para que os apresente em prazo razoável, sob pena de não celebrar o contato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais;
5. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste instrumento de contrato;
6. Reunir-se com a CONTRATADA, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à execução de serviços;
7. Assegurar, quando exigível, o acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- 8.** Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução deste contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas de parte desta;
- 9.** Notificar a CONTRATADA para, no prazo máximo concedido, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos aspectos em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;
- 10.** Rejeitar, através do fiscal contrato, a execução dos serviços prestados em desacordo com as obrigações estabelecidas neste contrato e fixar prazo para a correta execução;
- 11.** Receber os serviços, por meio do fiscal contrato, em caráter provisório e definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido no termo de referência e neste contrato, certificando as notas fiscais da entrega;
- 12.** Realizar o pagamento dos serviços prestados na forma estabelecida no termo de referência e neste contrato;
- 13.** Aplicar à CONTRATADA sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato e pelas demais infrações administrativas sujeitas à fiscalização do CONTRATANTE;
- 14.** Adotar as medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
- 15.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período (art. 123, Lei n. 14.133/2021);
- 16.** Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA;
- 17.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 18.** Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**19.** Cumprir as demais obrigações necessárias à execução do objeto deste instrumento contratual.

**DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**(Art. 92, X, XI e XIV, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – São obrigações da CONTRATADA:

- 1.** Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições para a execução do objeto nos termos estabelecidos na sua proposta comercial e no instrumento de contrato;
- 2.** Manter representante para o contrato no Município de Porto Velho – RO, localidade de execução/gestão do contrato, conforme determina o Art. 68 da Lei n. 8.666/93 ou, na falta deste, disponibilizar central de atendimento telefônico 24 (vinte e quatro) horas/dia, com custo da ligação sem ônus para este TRE-RO. Corretores ou intermediários de seguros não poderão exercer a função de representante (preposto) da CONTRATADA;
  - a)** O preposto indicado pela empresa deverá informar quais são os meios de contato com ele, tais como: telefone celular, e-mail ou outro meio;
  - b)** Este preposto será o interlocutor da CONTRATADA para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE.
- 3.** Informar ao CONTRATANTE no ato da emissão da apólice, nome de contato e número do telefone do representante local que ficará responsável pelo atendimento ao CONTRATANTE e o número do telefone 0800 para atendimento à distância;
- 4.** Apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, o boleto/recibo de seguro para pagamento;
- 5.** Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;
- 6.** Indicar número do CNPJ no boleto/recibo de seguro idêntico ao da proposta comercial;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7. Emitir a apólice de seguro dos bens no prazo de 10 (dez) dias após o pagamento da proposta de seguro. Como medida sustentável, apresentar todas as apólices em meio digital, salvo impossibilidade técnica justificada;
8. Regular os eventuais sinistros no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega de todos documentos necessários a regulação do sinistro, conforme Art. 33, § 1º, da Circular SUSEP 256, de 16/6/2004;
9. Realizar os pagamentos de indenizações devidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados da data do cumprimento, pela contratante, das obrigações decorrentes do sinistro, nos termos estipulados pela apólice e conforme Art. 33, § 1º, da Circular SUSEP 256, de 16/6/2004;
10. Manter serviço de atendimento diário ao contratante, 24 horas por dia, mediante disponibilização de telefones fixos, celulares, e-mails e responsável para contato, com vistas ao atendimento de questões relativas à execução dos presentes serviços;
11. Manter-se, durante a execução do presente CONTRATO, em situação de plena regularidade junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Pública, o INSS, o FGTS e a Justiça do Trabalho;
12. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;
13. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do presente CONTRATO, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;
14. Garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los;
15. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação;
16. Manter-se, durante a vigência deste contrato, devidamente válidas e atualizadas, as seguintes certidões de regularidade, cuja autenticidade será verificada pela Internet, e enviar ao contratante os seguintes documentos juntamente com nota fiscal/fatura;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) Certidão de Regularidade relativa à Seguridade Social, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
  - b) Certidão Negativa de Débitos Relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
  - c) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS-CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal (CEF);
  - d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho (TST);
  - e) certidão negativa junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); e
  - f) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital, quando exigível e conforme o caso:
- 17.** Em caso de prorrogação contratual, a contratada deverá: possuir a regularidade fiscal acima indicada; não estar incluída no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep); não possuir certidões positivas de inidoneidade e de impedimento de ser contratada; bem como de irregularidade junto ao TCU, devendo tudo isso ser verificado pela Administração contratante;
- 18.** Enviar ao TRE-RO a nota fiscal/fatura, nos termos pactuados, observando que:
- a) havendo erro na nota fiscal, ou na nota fiscal/fatura, ou outra circunstância que desaprove o recebimento, este ficará pendente e o pagamento suspenso até que a CONTRATADA tome as medidas saneadoras necessárias, não podendo a CONTRATADA interromper a execução do contrato até o saneamento das irregularidades, sendo que, durante o período em que o recebimento estiver pendente e o pagamento suspenso, por culpa da CONTRATADA, não incidirá sobre o TRE-RO qualquer ônus, inclusive financeiro.
- 19.** Não contratar para a execução dos serviços e não admitir em seu quadro societário, empregados e pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

gestão do contrato, inclusive, de qualquer ocupante de cargos de assessoramento, de membros ou juízes, nos termos do artigo 48, Parágrafo único, da Lei n. 14.133/2021, do artigo 7º do Decreto n. 7.203/2010 e do art. 2º, V, da Resolução CNJ n. 7/2005;

**20.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, empregados ou admitir em seu quadro societário pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, comunicando imediatamente o TRE-RO sobre a possibilidade de tais ocorrências, nos termos do artigo 7º do Decreto n. 7.203, de 2010 e art. 2º, V, da Resolução CNJ n. 7/2005;

**21.** Observar e cumprir a Resolução TRE-RO nº 31, de 25 de agosto de 2023, deste Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, que regulamenta a Política e os Mecanismos de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação. Para tanto, compromete-se a instruir seus funcionários a respeito do normativo, inclusive no que tange às práticas de prevenção de assédio e dos procedimentos de denúncias, havendo ocorrências;

**22.** Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO, assim como as disposições legais aplicáveis à execução do objeto do contrato.

### **DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

**I** - As partes deverão cumprir a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou da contratação administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

**II** - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;

**III** - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**IV** - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todas as contratações de suboperação firmadas ou que venham a ser celebradas pelo Contratado;

**V** - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

**VI** - É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

**VII** - O Contratado deverá exigir dos eventuais suboperadores/subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância; (quando for o caso de subcontratação);

**VIII** - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados; (se exigível);

**IX** - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

**X** - Bancos de dados formados a partir de contratações administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos, sendo que:

**a)** os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**XI** - A contratação está sujeita a ser alterada nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD; e

**XII** - As contratações e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**(art. 92, XIV, Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - Na ocorrência das infrações administrativas descritas adiante, poderão ser aplicadas as sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021, na forma seguinte:

**1. Advertência:** pelo cometimento da infração administrativa de **dar causa à inexecução parcial do contrato**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**2. Multa:** de 5,0% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento), de acordo com a gravidade da conduta, do valor do contrato celebrado ou da obrigação inadimplida, aplicada ao responsável por qualquer das seguintes infrações administrativas:

**I** - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**II** - dar causa à inexecução total do contrato;

**III** - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**IV** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**V** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

**VI** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**VII** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**3. Impedimento de licitar e contratar:** quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

**I** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**II** - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**III** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

**4. Declaração de inidoneidade:** será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 3 desta Cláusula e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

**I** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

**II** - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**III** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**IV** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Subcláusula Primeira** – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei n. 14.133/2021).

**Subcláusula Segunda** – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei n. 14.133/2021).

**Subcláusula Terceira** – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

**Subcláusula Quarta** – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n. 14.133/2021).

**Subcláusula Quinta** – O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pelo contratado, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Sexta** - Em caso de multa ou condenação eventualmente aplicadas à CONTRATADA, o valor deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, sendo que o valor será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

**Subcláusula Sétima** - De igual modo, caso o Contratado não tenha nenhum valor a receber do TRE-RO Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

**Subcláusula Oitava** - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 3º da Lei 10.522/02).

**Subcláusula Nona** - Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa ou da condenação eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

**Subcláusula Décima** - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

**Subcláusula Décima Primeira** - As multas e demais penalidades previstas nesta seção não eximem o adjudicatário ou CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

**Subcláusula Décima Segunda** - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, aplicando-se, no que couber, as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, normativo que poderá ser atualizado no decorrer da execução do contrato para inserção das disposições da Lei n. 14.133/2021 e observado ainda o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei n. 14.133,



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de 2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**Subcláusula Décima Terceira** - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n. 14.133/2021):

**I** - A natureza e a gravidade da infração cometida;

**II** - As peculiaridades do caso concreto;

**III** - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**IV** - Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

**V** - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**Subcláusula Décima Quarta** - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

**Subcláusula Décima Quinta** - O procedimento para aplicação de sanções pelo CONTRATANTE observará o devido processo legal administrativo e, no que couber, as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, normativo que poderá ser atualizado no decorrer da execução do contrato para inserção das disposições da Lei n. 14.133/2021.

**Subcláusula Décima Sexta** - A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a **obrigatoriedade de análise jurídica prévia** (art. 160 da Lei n. 14.133/2021).

**Subcláusula Décima Sétima** - O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei n. 14.133/2021).

**Subcláusula Décima Oitava** - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n. 14.133/21.

### **DA EXTINÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**(Art. 92, XIX, da Lei 14.133/2021)**

**LÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - O Contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

**Subcláusula Primeira** - A contratação pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n. 14.133/2021, sendo que, nestas hipóteses, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**Subcláusula Segunda** – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça n. 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pelo contratado, na vigência da contratação, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

### **DAS ALTERAÇÕES**

**(Arts. 124 a 136 da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n. 14.133/2021, observando o que segue:

**Subcláusula Primeira** - Esta contratação poderá ser alterada unilateralmente pela administração Contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 124 da Lei n. 14.133/2021.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Segunda** - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

**Subcláusula Terceira** - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contratação.

**Subcláusula Quarta** - Constitui ônus da contratada a apresentação de documentação comprobatória dos fatos alegados ensejadores do eventual reequilíbrio econômico-financeiro pleiteado, e esse pedido deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

**Subcláusula Quinta** - Registros que não caracterizam alteração da contratação podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n. 14.133/2021.

### **DOS CASOS OMISSOS**

**(Art. 92, III, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** - Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei 8.078/1990 e normas e princípios gerais das contratações.

### **DA DIVULGAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO**

**(Art. 94, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** - O Contratante providenciará a divulgação do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar de sua assinatura (art. 94, II, Lei n. 14.133/2021) e no seu sítio eletrônico oficial na internet, bem como providenciará a sua publicação, no mesmo prazo, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia.

### **DO FORO**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**(Art. 92, § 1º, da Lei 14.133/2021)**

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** – Em cumprimento ao art. 92, § 1º da Lei n. 14.133/2021, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta contratação ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, de novembro de 2023.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo CONTRATANTE	
<b>NEIDE OLIVEIRA SOUZA</b> Pela CONTRATADA	<b>ANDREZA CRISTINA DE OLIVEIRA VALDES</b> Pela CONTRATADA
Aldací Souza Mota CPF: ***.504.772-** Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: ***.434.482-** Testemunha

**ANEXO I DO CONTRATO N. 25/2023/TRE-RO**

**ENDEREÇO DOS IMÓVEIS**

ITEM	ENDEREÇO DO IMÓVEL
01	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<b>RONDÔNIA – EDIFÍCIO-SEDE</b> Av. Presidente Dutra, n. 1.889, bairro Baixa da União - Porto Velho RO, CEP 76.805-859
02	<b>FÓRUM ELEITORAL DE PORTO VELHO,</b> Av. Jaci-Paraná, s/n, bairro Baixa da União – Porto Velho RO, CEP 76.805-859
03	<b>ANEXO II – ALMOXARIFADO/ DEPÓSITO DE</b> <b>URNAS</b> Av. Presidente Dutra, n. 1.889, bairro Baixa União – Porto Velho RO, CEP 76.805-859
04	<b>ANEXO III, SEÇÃO DE TRANSPORTE</b> Av. Rogério Weber, s/n, bairro Baixa União – Porto Velho/RO
05	<b>FÓRUM ELEITORAL DE GUAJARÁ-MIRIM</b> Rua Cândido Rondon n. 784, bairro Tamandaré – Guajará-Mirim/RO, CEP 76.850-000
06	<b>FÓRUM ELEITORAL DE ARIQUEMES</b> Rua Aquariquara, n. 3631, bairro Setor Institucional – Ariquemes/RO, CEP 76.872-856
07	<b>FÓRUM ELEITORAL DE BURITIS</b> Av. Porto Velho s/n, bairro Setor 02, Quadra 26, Lote 14 – Buritis/RO, CEP 76.880-000
08	<b>FÓRUM ELEITORAL DE MACHADINHO DO</b> <b>OESTE</b> Av. Rio de Janeiro, n. 3134, bairro Centro – Machadinho do Oeste/RO, CEP 76.868-000
09	<b>FÓRUM ELEITORAL DE JARU</b> Rua Princesa Isabel, n.1028, bairro Setor 02 – Jaru/RO, CEP 76890-000
10	<b>FÓRUM ELEITORAL DE OURO PRETO</b> Rua Café Filho, n. 83, bairro União – Ouro Preto do Oeste/RO, CEP 76.920-000

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11	FÓRUM ELEITORAL DE JI-PARANÁ Av. Marechal Rondon, n. 1218, bairro Centro – Ji-Paraná/RO, CEP 76.900-101
12	POSTO DE ATENDIMENTO DE PRESIDENTE MÉDICI Av. Macapá, n. 1.763, bairro Ernandes Gonçalves – Presidente Médici/RO, CEP 76.916-000
13	FÓRUM ELEITORAL DE ESPIGÃO DO OESTE – Prédio Próprio Rua Rio Grande do Sul, n. 2664, bairro Centro – Espigão do Oeste/RO, CEP 76.974-000
14	FÓRUM ELEITORAL DE CACOAL Rua Anísio Serrão, n. 2004, bairro Centro – Cacoal/RO, CEP 76963804
15	FÓRUM ELEITORAL DE PIMENTA BUENO Av. Castelo Branco n. 970, bairro dos Pioneiros – Pimenta Bueno/RO, CEP 76.970-000
16	FÓRUM ELEITORAL DE VILHENA Rua 545, n. 495, bairro Jardim América – Vilhena/RO, 76.980-000
17	FÓRUM ELEITORAL DE CEREJEIRAS Av. das Nações, n. 1847, bairro Centro – Cerejeiras/RO, CEP 76.997-000
18	FÓRUM ELEITORAL DE COLORADO DO OESTE Av. Marechal Rondon, n. 4637, bairro Centro – Colorado do Oeste/RO, CEP 76.993-00
19	FÓRUM ELEITORAL DE ROLIM DE MOURA Av. São Luiz, n. 4557, bairro Centro – Rolim de Moura/RO, CEP 76.940-000
20	FÓRUM ELEITORAL DE SANTA LUZIA Rua D. Pedro I, n. 2349, bairro Centro – Santa

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Luzia/RO, CEP 76.950-000
21	FÓRUM ELEITORAL DE ALTA FLORESTA Av. Brasil, n. 3068, bairro Princesa Isabel – Alta Floresta/RO, CEP 76.954-000
22	POSTO DE ATENDIMENTO DE NOVA BRASILÂNDIA Av. 13 de Maio, esquina com Av. Tancredo de Almeida Neves, n. 1858, bairro Setor 13 – Nova Brasilândia/RO, CEP 76.958-000
23	FÓRUM ELEITORAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ Av. Cacoal, n. 965, esquina com Rua Rui Rodrigues de Almeida, bairro Cristo Rei – São Miguel do Guaporé/RO, CEP 76.932-000
24	FÓRUM ELEITORAL DE ALVORADA DO OESTE Rua Monteiro Lobato, n. 4283, bairro Centro – Alvorada do Oeste/RO, CEP 76.930-000
25	FÓRUM ELEITORAL DE COSTA MARQUES Av. Chianca, n. 1159, bairro Centro – Costa Marques/RO, CEP 76.937-000

**ANEXO II DO CONTRATO N. 25/2023/TRE-RO****MEMORIAL DESCRITIVO DOS IMÓVEIS**

**1 – TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – EDIFÍCIO-SEDE do TRE/RO** é um prédio público de formato retangular, com dimensões de 27x72m, com 2 (dois) pavimentos, sob pilotis. Edificado com estrutura de concreto armado pré-moldado, laje alveolar de concreto protendido, paredes de alvenaria e de divisórias em gesso acartonado e tipo naval, revestimento de argamassa e grafiatto, forro em pvc, esquadrias de alumínio, vidros temperados, piso monolítico de cimento polido/granilite/carpete, piso elevado revestido com paviflex, cobertura de telha de alumínio, paredes aparelhadas com massa corrida, pintura acrílica, instalação elétrica de alta e baixa tensão – potência instalada de 750kva,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Geradores de emergência de 440 kva e 495 kva respectivamente, guarnecido com sistema de proteção contra descarga atmosférica (pára-raios) e aterramento, instalação de água de pvc – poço tubular profundo/cisterna/caixa elevada de concreto armado, instalação contra incêndio e pânico constituído por hidrante, extintores, detectores de fumaça e escada de emergência, instalação de esgoto de pvc, elevador mecânico de passageiros, instalação de ar-condicionado tipo VRF. Área construída 5.832m<sup>2</sup>. As áreas do edifício são utilizadas, principalmente, para atividades de escritório e para garagem privativa de veículos, esta no pilotis, aquelas nos pavimentos;

**2 – FÓRUM ELEITORAL DE PORTO VELHO** é um prédio institucional de formato retangular, com dimensões 12x27m, com 03 (três) pavimentos, edificado com estrutura de concreto armado, paredes de alvenaria, divisórias em gesso acartonado e tipo naval, teto de laje, forro de pvc, revestimento de argamassa e grafiatto, piso granilite, piso elevado revestido com paviflex, cobertura com telhas termoacústicas, esquadrias de alumínio e vidro temperado, instalação elétrica de baixa tensão, instalação hidráulica de pvc – caixa d'água em pvc, instalação de esgoto de pvc, elevador mecânico de passageiros, instalação de incêndio por hidrantes e extintores. Área de 972m<sup>2</sup>. As áreas da edificação são usadas para atividades de escritório e de atendimento ao público;

**3 – ANEXO II – ALMOXARIFADO/ DEPÓSITO DE URNAS** é um prédio de formato retangular, com dimensões de 27,00x39,00m com 02(dois) pavimentos. Construído com estrutura de concreto, paredes em alvenaria, divisórias em gesso acartonado e tipo naval, forro em pvc, revestimento de argamassa, cobertura com telhas termoacústicas, esquadrias de vidro temperado e madeira, instalação elétrica de baixa tensão, instalação hidráulica de pvc, instalação contra incêndio e pânico constituído por hidrante, extintores, detectores de fumaça. Área construída de 1.643,44m<sup>2</sup>. A área do prédio é utilizada para guarda de materiais e depósito/manutenção de urnas eletrônicas;

**4 – ANEXO III – SEÇÃO DE TRANSPORTE** é um prédio térreo construído com estrutura de concreto, paredes em alvenaria, forro em PVC, revestimento de argamassa, cobertura com telhas de zinco/fibrocimento, esquadrias de vidro temperado e madeira, instalação elétrica de baixa tensão, instalação hidráulica de PVC, instalação de incêndio por extintores portáteis. Área construída de 521,95m<sup>2</sup>. A área do prédio é utilizada como escritório e manutenção de veículos (galpão);

**5 – FÓRUM ELEITORAL DE GUAJARÁ-MIRIM** é um prédio público térreo, construído com estrutura de concreto, paredes em alvenaria, forro em



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pvc, revestimento de argamassa, cobertura com telhas de barro/fibrocimento, esquadrias de vidro temperado e madeira, instalação elétrica de baixa tensão, piso elevado e cabeamento estruturado, instalação hidráulica de PVC, instalação de incêndio por extintores portáteis. Área construída de 303,55m<sup>2</sup>. A área é utilizada como escritório e de atendimento ao público;

**6 – FÓRUM ELEITORAL DE ARIQUEMES** Constituído de dois prédios interligados, por uma garagem coberta, ambos no térreo, sendo um deles construído com estrutura de concreto, paredes em alvenaria, forro em isopor, revestimento de argamassa, cobertura com telhas de fibrocimento, esquadrias de vidro temperado e madeira, instalação elétrica de baixa tensão, instalação hidráulica de PVC, instalação de incêndio por extintores portáteis. Área construída de 306,48m<sup>2</sup>. A área é utilizada como depósito de urnas, arquivo e almoxarifado. O outro prédio foi construído com estrutura de concreto, paredes em alvenaria, forro em pvc, revestimento de argamassa, cobertura com telhas termoacústicas de alumínio, esquadrias de vidro temperado e madeira, instalação elétrica de baixa tensão, instalação hidráulica de PVC, instalação de incêndio por extintores portáteis. Área construída de 384,18m<sup>2</sup>. A área é utilizada como escritório e de atendimento ao público;

**7 – FÓRUM ELEITORAL DE BURITIS** é um prédio público térreo, construído com estrutura de concreto, paredes em alvenaria e gesso acartonado, forro em pvc, revestimento de argamassa, cobertura com telhas termoacústicas de alumínio, esquadrias de vidro temperado e madeira, instalação elétrica de baixa tensão, piso elevado e cabeamento estruturado, instalação hidráulica de PVC, instalação de incêndio por extintores portáteis. Área construída de 308,64m<sup>2</sup>. A área é utilizada como escritório e de atendimento ao público;

**8 – FÓRUM ELEITORAL DE MACHADINHO DO OESTE** é um prédio público térreo, construído com estrutura de concreto, paredes em alvenaria, forro em pvc, revestimento de argamassa, cobertura com telhas de fibrocimento, esquadrias de vidro temperado e madeira, instalação elétrica de baixa tensão, piso elevado e cabeamento estruturado, instalação hidráulica de PVC, instalação de incêndio por extintores portáteis. Área construída de 236,40m<sup>2</sup>. A área é utilizada como escritório e de atendimento ao público;

**9 – FÓRUM ELEITORAL DE JARU** é um prédio público térreo, construído com estrutura de concreto, paredes em alvenaria, forro em pvc, revestimento de argamassa, cobertura com telhas termoacústicas de alumínio, esquadrias de vidro temperado e madeira, instalação elétrica de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

baixa tensão, piso elevado e cabeamento estruturado, instalação hidráulica de PVC, instalação de incêndio por extintores portáteis. Área construída de 295,94m<sup>2</sup>. A área é utilizada como escritório e de atendimento ao público;

**10 – FÓRUM ELEITORAL DE OURO PRETO** é um prédio público térreo, construído com estrutura de concreto, paredes em alvenaria, forro em isopor, revestimento de argamassa, cobertura com telhas de barro, esquadrias de alumínio com vidro e madeira, instalação elétrica de baixa tensão, instalação hidráulica de PVC, instalação de incêndio por extintores portáteis. Área construída de 262,65m<sup>2</sup>. A área é utilizada como escritório e de atendimento ao público;

**11 – FÓRUM ELEITORAL DE JI-PARANÁ** é um prédio público térreo, construído com estrutura de concreto, paredes em alvenaria, forro em pvc, revestimento de argamassa, cobertura com telhas termoacústicas de alumínio, esquadrias de vidro temperado e madeira, instalação elétrica de baixa tensão, piso elevado e cabeamento estruturado, instalação hidráulica de PVC, instalação de incêndio por extintores portáteis. Área construída de 310,70m<sup>2</sup>. A área é utilizada como escritório e de atendimento ao público;

**12 – POSTO DE ATENDIMENTO DE PRESIDENTE MÉDICI** é um prédio público térreo, construído com estrutura de concreto, paredes em alvenaria, forro em pvc, revestimento de argamassa, cobertura com telhas de fibrocimento, esquadrias de vidro temperado e madeira, instalação elétrica de baixa tensão, piso elevado e cabeamento estruturado, instalação hidráulica de PVC, instalação de incêndio por extintores portáteis. Área construída de 243,68m<sup>2</sup>. A área é utilizada como escritório e de atendimento ao público;

**13 – FÓRUM ELEITORAL DE ESPIGÃO DO OESTE** Prédio Próprio, é um prédio público térreo, construído com estrutura de concreto, paredes em alvenaria, forro em isopor, revestimento de argamassa, cobertura com telhas de barro, esquadrias de alumínio com vidro e madeira, instalação elétrica de baixa tensão, instalação hidráulica de PVC. Área construída de 93,89m<sup>2</sup>. Atualmente o prédio se encontra desocupado;

**14 – FÓRUM ELEITORAL DE CACOAL** é um prédio público térreo, construído com estrutura de concreto, paredes em alvenaria, forro em pvc, revestimento de argamassa, cobertura com telhas termoacústicas de alumínio, esquadrias de vidro temperado, alumínio com vidro e madeira, instalação elétrica de baixa tensão, instalação hidráulica de PVC, instalação de incêndio por extintores portáteis. Área construída de 401,00m<sup>2</sup>. A área é utilizada como escritório e de atendimento ao público;





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**15 – FÓRUM ELEITORAL DE PIMENTA BUENO** é um prédio público térreo, construído com estrutura de concreto, paredes em alvenaria, forro em pvc, revestimento de argamassa, cobertura com telhas de fibrocimento, esquadrias de vidro temperado e madeira, instalação elétrica de baixa tensão, piso elevado e cabeamento estruturado, instalação hidráulica de PVC, instalação de incêndio por extintores portáteis. Área construída de 236,40m<sup>2</sup>. A área é utilizada como escritório e de atendimento ao público;

**16 – FÓRUM ELEITORAL DE VILHENA** é um prédio público térreo, construído com estrutura de concreto, paredes em alvenaria, forro em pvc, revestimento de argamassa, cobertura com telhas termoacústicas de alumínio, esquadrias de vidro temperado e madeira, instalação elétrica de baixa tensão, instalação hidráulica de PVC, instalação de incêndio por extintores portáteis. Área construída de 201,32m<sup>2</sup>. A área é utilizada como escritório e de atendimento ao público;

**17 – FÓRUM ELEITORAL DE CEREJEIRAS** é um prédio público térreo, construído com estrutura de concreto, paredes em alvenaria, forro em pvc, revestimento de argamassa, cobertura com telhas de fibrocimento, esquadrias de vidro temperado e madeira, instalação elétrica de baixa tensão, instalação hidráulica de PVC, instalação de incêndio por extintores portáteis. Área construída de 309,00m<sup>2</sup>. A área é utilizada como escritório e de atendimento ao público;

**18 – FÓRUM ELEITORAL DE COLORADO DO OESTE** é um prédio público térreo, construído com estrutura de concreto, paredes em alvenaria e gesso acartonado, forro em pvc, revestimento de argamassa, cobertura com telhas termoacústicas de alumínio, esquadrias de vidro temperado e madeira, instalação elétrica de baixa tensão, piso elevado e cabeamento estruturado, instalação hidráulica de PVC, instalação de incêndio por extintores portáteis. Área construída de 285, 84m<sup>2</sup>. A área é utilizada como escritório e de atendimento ao público;

**19 – FÓRUM ELEITORAL DE ROLIM DE MOURA** é um prédio público térreo, construído com estrutura de concreto, paredes em alvenaria, forro em pvc, revestimento de argamassa, cobertura com telhas de fibrocimento, esquadrias de vidro temperado e madeira, instalação elétrica de baixa tensão, instalação hidráulica de PVC, instalação de incêndio por extintores portáteis. Área construída de 276,44m<sup>2</sup>. A área é utilizada como escritório e de atendimento ao público;

**20 – FÓRUM ELEITORAL DE SANTA LUZIA** é um prédio público térreo, construído com estrutura de concreto, paredes em alvenaria, forro em





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

isopor, revestimento de argamassa, cobertura com telhas de barro, esquadrias de alumínio com vidro e madeira, instalação elétrica de baixa tensão, instalação hidráulica de PVC, instalação de incêndio por extintores portáteis. Área construída de 103,50m<sup>2</sup>. A área é utilizada como escritório e de atendimento ao público;

**21 – FÓRUM ELEITORAL DE ALTA FLORESTA** é um prédio público térreo, construído com estrutura de concreto, paredes em alvenaria, forro em pvc, revestimento de argamassa, cobertura com telhas de fibrocimento, esquadrias de vidro temperado e madeira, instalação elétrica de baixa tensão, piso elevado e cabeamento estruturado, instalação hidráulica de PVC, instalação de incêndio por extintores portáteis. Área construída de 243,68m<sup>2</sup>. A área é utilizada como escritório e de atendimento ao público;

**22 – POSTO DE ATENDIMENTO DE NOVA BRASILÂNDIA** é um prédio público térreo, construído com estrutura de concreto, paredes em alvenaria, forro em pvc, revestimento de argamassa, cobertura com telhas de fibrocimento, esquadrias de vidro temperado e madeira, instalação elétrica de baixa tensão, piso elevado e cabeamento estruturado, instalação hidráulica de PVC, instalação de incêndio por extintores portáteis. Área construída de 243,91m<sup>2</sup>. A área é utilizada como escritório e de atendimento ao público;

**23 – FÓRUM ELEITORAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ** é um prédio público térreo, construído com estrutura de concreto, paredes em alvenaria, forro em pvc, revestimento de argamassa, cobertura com telhas de fibrocimento, esquadrias de vidro temperado e madeira, instalação elétrica de baixa tensão, piso elevado e cabeamento estruturado, instalação hidráulica de PVC, instalação de incêndio por extintores portáteis. Área construída de 236,40m<sup>2</sup>. A área é utilizada como escritório e de atendimento ao público;

**24 – FÓRUM ELEITORAL DE ALVORADA DO OESTE** é um prédio público térreo, construído com estrutura de concreto, paredes em alvenaria e gesso acartonado, forro em pvc, revestimento de argamassa, cobertura com telhas termoacústicas de alumínio, esquadrias de vidro temperado e madeira, instalação elétrica de baixa tensão, piso elevado e cabeamento estruturado, instalação hidráulica de PVC, instalação de incêndio por extintores portáteis. Área construída de 285,84 m<sup>2</sup>. A área é utilizada como escritório e de atendimento ao público;

**25 – FÓRUM ELEITORAL DE COSTA MARQUES** é um prédio público térreo, construído com estrutura de concreto, paredes em alvenaria e gesso acartonado, forro em pvc, revestimento de argamassa, cobertura com

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

telhas de termoacústicas de alumínio, esquadrias de vidro temperado e madeira, instalação elétrica de baixa tensão, piso elevado e cabeamento estruturado, instalação hidráulica de PVC, instalação de incêndio por extintores portáteis. Área construída de 285,84m². A área é utilizada como escritório e de atendimento ao público.

**ANEXO III DO CONTRATO N. 25/2023/TRE-RO****PROPOSTA DA CONTRATADA (REPRODUZIDA DO ITEM 5.2.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA)**

PROPOSTA COMERCIAL				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – EDIFÍCIO SEDE				
1	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 19.793.536,19	R\$ 3.670,88	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 395.870,72	R\$ 11.927,12	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 71.256,73	R\$ 79,1	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 43.545,78	R\$ 370,53	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 29.690,30	R\$ 128,72	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 98.967,68	R\$ 2.776,55	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 21.772,89	R\$ 75,34	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 15.834,83	R\$ 320,55	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 1		R\$ 19.348,82	-
FÓRUM ELEITORAL DE PORTO VELHO				
ITEM	COBERTURA	Máximo	Prêmio	%POS (*)



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		<b>Indenizável</b>		
2	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 2.492.071,57	R\$ 462,18	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 49.841,43	R\$ 1.501,66	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 8.971,46	R\$ 9,96	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 5.482,56	R\$ 46,65	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 3.738,11	R\$ 16,21	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 12.460,36	R\$ 349,58	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 2.741,28	R\$ 9,49	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 1.993,66	R\$ 40,36	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
<b>Prêmio Líquido Total 2</b>			<b>R\$ 2.436,08</b>	-

**Anexo II – Almoxarifado/ Depósito de Urnas/ Patrimônio**

<b>ITEM</b>	<b>COBERTURA</b>	<b>Máximo Indenizável</b>	<b>Prêmio</b>	<b>%POS (*)</b>
3	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 6.079.731,14	R\$ 1.127,54	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 17.023,25	R\$ 512,89	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 10.335,54	R\$ 11,48	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 3.647,84	R\$ 31,04	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 1.215,95	R\$ 5,27	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 60.797,31	R\$ 1.705,68	POS NÃO CONTRATADA

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Responsabilidade Civil	R\$ 6.687,70	R\$ 23,14	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 1.215,95	R\$ 24,61	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 3		R\$ 3.441,65	-
Anexo III - Seção de Transporte				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
4	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 2.512.608,17	R\$ 465,98	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 18.844,56	R\$ 567,76	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 30.653,82	R\$ 34,04	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 10.301,69	R\$ 87,66	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 9.405,35	R\$ 39,21	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 16.331,95	R\$ 458,20	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 20.352,13	R\$ 70,43	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 10.050,43	R\$ 203,45	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 4		R\$ 1.926,74	-
Fórum Eleitoral de Guajará-Mirim				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
5	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 851.132,59	R\$ 157,85	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 9.192,23	R\$ 276,95	10% das indenizações, com mínimo de



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 14.894,82	R\$ 16,54	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 4.936,57	R\$ 42,01	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 4.452,89	R\$ 19,19	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 7.915,53	R\$ 222,07	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 9.873,14	R\$ 34,16	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 3.404,53	R\$ 68,92	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	<b>Prêmio Líquido Total 5</b>		<b>R\$ 837,69</b>	-
<b>Fórum Eleitoral de Ariquemes</b>				
<b>ITEM</b>	<b>COBERTURA</b>	<b>Máximo Indenizável</b>	<b>Prêmio</b>	<b>%POS (*)</b>
6	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 1.588.848,25	R\$ 294,67	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 17.159,56	R\$ 517,00	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 27.804,84	R\$ 30,88	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 9.215,32	R\$ 78,41	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 8.262,01	R\$ 35,82	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 17.776,29	R\$ 498,72	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 18.430,64	R\$ 63,78	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 6.355,39	R\$ 128,65	10% das indenizações,

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 6		R\$ 1.647,92	-
Fórum Eleitoral de Buritis				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
7	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 847.501,53	R\$ 157,18	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 9.153,02	R\$ 41,83	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 14.831,28	R\$ 16,47	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 4.915,51	R\$ 68,63	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 4.407,01	R\$ 19,11	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 7.881,76	R\$ 275,77	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 9.831,02	R\$ 221,12	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 3.390,01	R\$ 34,02	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 7		R\$ 834,12	-
Fórum Eleitoral de Machadinho do Oeste				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
8	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 786.216,97	R\$ 145,81	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 8.491,14	R\$ 255,83	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 13.758,80	R\$ 15,28	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 4.560,06	R\$ 38,80	10% das





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 4.088,33	R\$ 17,72	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 7.311,82	R\$ 205,13	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 9.120,12	R\$ 31,56	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 3.144,87	R\$ 63,66	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 8		R\$ 773,80	-
Fórum Eleitoral de Jaru				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
9	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 1.773.436,34	R\$ 328,90	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 19.153,11	R\$ 577,06	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 31.035,14	R\$ 34,47	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 10.285,93	R\$ 87,52	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 9.221,87	R\$ 39,98	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 6.492,96	R\$ 182,16	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 20.571,86	R\$ 71,19	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 7.093,75	R\$ 143,60	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 9		R\$ 1.464,88	-
Fórum Eleitoral de Ouro Preto				
ITEM	COBERTURA	Máximo	Prêmio	%POS (*)



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		<b>Indenizável</b>		
10	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 586.489,36	R\$ 108,77	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 6.334,09	R\$ 190,84	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 10.263,56	R\$ 11,40	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 3.401,64	R\$ 28,94	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 3.049,74	R\$ 13,22	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 5.454,35	R\$ 153,02	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 6.803,28	R\$ 23,54	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 2.345,96	R\$ 47,49	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	<b>Prêmio Líquido Total 10</b>		<b>R\$ 577,23</b>	-
<b>Fórum Eleitoral de Ji-Paraná</b>				
<b>ITEM</b>	<b>COBERTURA</b>	<b>Máximo Indenizável</b>	<b>Prêmio</b>	<b>%POS (*)</b>
11	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 979.072,93	R\$ 181,58	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 10.573,99	R\$ 318,58	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 17.133,78	R\$ 19,03	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 5.678,62	R\$ 48,32	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 5.091,18	R\$ 22,07	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 9.105,38	R\$ 255,45	POS NÃO CONTRATADA

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Responsabilidade Civil	R\$ 11.357,25	R\$ 39,30	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 3.916,29	R\$ 79,28	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 11		R\$ 963,61	-
Fórum Eleitoral de Presidente Médici				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
12	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 568.547,55	R\$ 105,44	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 6.140,31	R\$ 185,00	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 9.949,58	R\$ 11,05	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 3.297,58	R\$ 28,06	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 2.956,45	R\$ 12,82	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 5.287,49	R\$ 148,34	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 6.595,15	R\$ 22,82	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 2.274,19	R\$ 46,04	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 12		R\$ 559,57	
Fórum Eleitoral de Espigão do Oeste - Prédio Próprio				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
13	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 195.381,57	R\$ 36,24	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 2.110,12	R\$ 63,58	10% das indenizações, com mínimo de



# **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 3.419,18	R\$ 3,80	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 1.133,21	R\$ 9,64	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 1.015,98	R\$ 4,40	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 1.817,05	R\$ 50,98	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 2.266,43	R\$ 7,84	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 781,53	R\$ 15,82	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	<b>Prêmio Líquido Total 13</b>		<b>R\$ 192,30</b>	-

## **Fórum Eleitoral de Cacoal**

ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
14	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 1.209.363,00	R\$ 224,29	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 13.061,12	R\$ 393,52	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 21.163,85	R\$ 23,50	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 7.014,31	R\$ 59,68	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 6.288,69	R\$ 27,26	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 11.247,08	R\$ 315,54	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 14.028,61	R\$ 48,54	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 4.837,45	R\$ 97,93	10% das indenizações,



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 14		R\$ 1.190,26	-
Fórum Eleitoral de Pimenta Bueno				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
15	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 773.645,97	R\$ 143,48	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 8.355,38	R\$ 251,74	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 13.538,80	R\$ 15,04	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 4.487,15	R\$ 38,18	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 4.022,96	R\$ 17,44	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 7.194,91	R\$ 201,85	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 8.974,29	R\$ 31,05	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 3.094,58	R\$ 62,64	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 15		R\$ 761,43	-
Fórum Eleitoral de Vilhena				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
16	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 598.400,90	R\$ 110,98	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 6.462,73	R\$ 194,71	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 10.472,02	R\$ 11,63	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 3.470,73	R\$ 29,53	10% das



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 3.111,68	R\$ 13,49	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 5.565,13	R\$ 156,13	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 6.941,45	R\$ 24,02	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 2.393,60	R\$ 48,45	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 16		R\$ 588,95	-
Fórum Eleitoral de Cerejeiras				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
17	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 638.387,54	R\$ 118,39	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 6.894,59	R\$ 207,73	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 11.171,78	R\$ 12,41	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 3.702,65	R\$ 31,51	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 3.319,62	R\$ 14,39	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 5.937,00	R\$ 166,56	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 7.405,30	R\$ 25,62	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 2.553,55	R\$ 51,69	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 17		R\$ 628,30	-
Fórum Eleitoral de Colorado do Oeste				
ITEM	COBERTURA	Máximo	Prêmio	%POS (*)





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		<b>Indenizável</b>		
18	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 878.433,16	R\$ 162,91	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 9.487,08	R\$ 285,83	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 15.372,58	R\$ 17,07	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 5.094,91	R\$ 43,35	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 4.567,85	R\$ 19,80	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 8.169,43	R\$ 229,19	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 10.189,82	R\$ 35,26	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 3.513,73	R\$ 71,13	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	<b>Prêmio Líquido Total 18</b>		<b>R\$ 864,56</b>	-
<b>Fórum Eleitoral de Rolim de Moura</b>				
<b>ITEM</b>	<b>COBERTURA</b>	<b>Máximo Indenizável</b>	<b>Prêmio</b>	<b>%POS (*)</b>
19	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 577.692,30	R\$ 107,14	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 6.239,08	R\$ 187,98	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 10.109,62	R\$ 11,23	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 3.350,62	R\$ 28,51	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 3.004,00	R\$ 13,02	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 5.372,54	R\$ 150,73	POS NÃO CONTRATADA

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Responsabilidade Civil	R\$ 6.701,23	R\$ 23,19	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 2.310,77	R\$ 46,78	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 19		R\$ 568,57	-
Fórum Eleitoral de Santa Luzia				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
20	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 324.788,84	R\$ 60,23	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 3.507,72	R\$ 105,68	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 5.683,80	R\$ 6,31	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 1.883,78	R\$ 16,03	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 1.688,90	R\$ 7,32	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 3.020,54	R\$ 84,74	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 3.767,55	R\$ 13,04	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 1.299,16	R\$ 26,30	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 20		R\$ 319,66	-
Fórum Eleitoral de Alta Floresta				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
21	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 681.717,35	R\$ 126,43	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 7.362,55	R\$ 221,83	10% das indenizações, com mínimo de



# **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 11.930,05	R\$ 13,25	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 3.953,96	R\$ 33,64	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 3.544,93	R\$ 15,37	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 6.339,97	R\$ 177,87	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 7.907,92	R\$ 27,36	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 2.726,87	R\$ 55,20	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 21		R\$ 670,95	-
Fórum Eleitoral de Nova Brasilândia				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
22	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 479.051,62	R\$ 88,84	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 5.173,76	R\$ 155,88	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 8.383,40	R\$ 9,31	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 2.778,50	R\$ 23,64	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 2.491,07	R\$ 10,80	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 4.455,18	R\$ 124,99	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 5.557,00	R\$ 19,23	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 1.916,21	R\$ 38,79	10% das indenizações, com mínimo de

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 22		R\$ 471,49	-
Fórum Eleitoral de São Miguel				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
23	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 764.575,22	R\$ 141,80	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 8.257,41	R\$ 248,79	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 13.380,07	R\$ 14,86	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 4.434,54	R\$ 37,73	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 3.975,79	R\$ 17,24	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 7.110,55	R\$ 199,49	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 8.869,07	R\$ 30,69	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 3.058,30	R\$ 61,91	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 23		R\$ 752,50	-
Fórum Eleitoral de Alvorada do Oeste				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
24	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 710.401,88	R\$ 131,75	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 7.672,34	R\$ 231,16	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 12.432,03	R\$ 13,81	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 4.120,33	R\$ 35,06	10% das indenizações,



# **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 3.694,09	R\$ 16,02	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 6.606,74	R\$ 185,35	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 8.240,66	R\$ 28,52	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 2.841,61	R\$ 57,52	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 24		R\$ 699,18	-
Fórum Eleitoral de Costa Marques				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
25	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 830.238,88	R\$ 153,97	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 8.966,58	R\$ 270,15	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 14.529,18	R\$ 16,14	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 4.815,39	R\$ 40,97	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 4.317,24	R\$ 18,72	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 7.721,22	R\$ 216,62	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 9.630,77	R\$ 33,33	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 3.320,96	R\$ 67,23	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 25		R\$ 817,13	-
Valor Total do Prêmio (1 a 25)			R\$ 43.337,36	
Desconto Técnico sobre Prêmio (20%)			R\$ 8.667,47 (R\$ 34.669,89)	
PAGAMENTO A VISTA (+5% DE			R\$ 32.936,40	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>DESCONTO)</b>	
<b>Custo da Apólice</b>	<b>R\$ 32.936,40</b>
<b>Valor Total da Proposta</b>	<b>R\$ 32.936,40</b>



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 16/11/2023, às 12:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **NEIDE OLIVEIRA SOUZA, Usuário Externo**, em 24/11/2023, às 07:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANDREZA CRISTINA DE OLIVEIRA VALDES, Usuário Externo**, em 24/11/2023, às 08:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 24/11/2023, às 10:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 24/11/2023, às 10:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1085117** e o código CRC **18F724F2**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**TERMO DE REFERÊNCIA (TR) Nº 6/2023 -  
PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP****1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1. Contratação de serviços de seguro para cobertura de risco total de bens móveis e imóveis pertencentes a este Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, localizados na capital e no interior do Estado.

1.2. Detalhamento dos bens imóveis (Edificação, Equipamentos e Bens Móveis) serem cobertos pelo seguro:

ITEM	LOCAL IMÓVEL	EDIFICAÇÃO R\$	EQUIPAMENTOS E MÓVEIS R\$	VALOR EM RISCO
1	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – Edifício Sede	R\$ 15.337.939,00	R\$ 4.455.597,00	R\$ 19.793.536,00
2	Fórum Eleitoral de Porto Velho	R\$ 2.168.688,00	R\$ 323.384,00	R\$ 2.492.072,00
3	Anexo II – Almoxarifado/ Depósito de Urnas	R\$ 2.463.573,00	R\$ 3.616.158,00	R\$ 6.079.731,00
4	Anexo III – Seção de Transporte	R\$ 1.286.680,00	R\$ 1.225.928,00	R\$ 2.512.608,00
5	Fórum Eleitoral de Guajará- Mirim	R\$ 723.841,00	R\$ 127.292,00	R\$ 851.133,00
6	Fórum Eleitoral de Ariquemes	R\$ 1.361.784,00	R\$ 227.064,00	R\$ 1.588.848,00
7	Fórum Eleitoral de Buritis	R\$ 708.218,00	R\$ 139.284,00	R\$ 847.502,00
8	Fórum Eleitoral de Machadinho	R\$ 669.457	R\$ 116.760,00	R\$ 786.217,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	do Oeste			
9	Fórum Eleitoral de Jaru	R\$ 1.566.531,00	R\$ 206.905,00	R\$ 1.773.436,00
10	Fórum Eleitoral de Ouro Preto	R\$ 440.653,00	R\$ 145.837,00	R\$ 586.490,00
11	Fórum Eleitoral de Ji-Paraná	R\$ 775.795,00	R\$ 203.278,00	R\$ 979.073,00
12	Fórum Eleitoral de Presidente Médici	R\$ 511.927,00	R\$ 56.620,00	R\$ 568.547,00
13	Fórum Eleitoral de Espigão do Oeste – Prédio Próprio	R\$ 556.884,00	R\$ 123.211,00	R\$ 680.095,00
14	Fórum Eleitoral de Cacoal	R\$ 1.033.382,00	R\$ 175.981,00	R\$ 1.209.363,00
15	Fórum Eleitoral de Pimenta Bueno	R\$ 653.160,00	R\$ 120.486,00	R\$ 773.646,00
16	Fórum Eleitoral de Vilhena	R\$ 456.723,00	R\$ 141.678,00	R\$ 598.401,00
17	Fórum Eleitoral de Cerejeiras	R\$ 553.311,00	R\$ 85.077,00	R\$ 638.388,00
18	Fórum Eleitoral de Colorado do Oeste	R\$ 750.508,00	R\$ 127.925,00	R\$ 878.433,00
19	Fórum Eleitoral de Rolim de Moura	R\$ 440.910,00	R\$ 136.782,00	R\$ 577.692,00
20	Fórum Eleitoral de Santa Luzia	R\$ 254.187,00	R\$ 70.602,00	R\$ 324.789,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

21	Fórum Eleitoral de Alta Floresta	R\$ 569.240,00	R\$ 112.477,00	R\$ 681.717,00
22	Fórum Eleitoral de Nova Brasilândia	R\$ 363.353,00	R\$ 115.699,00	R\$ 479.052,00
23	Fórum Eleitoral de São Miguel do Guaporé	R\$ 625.539,00	R\$ 139.036,00	R\$ 764.575,00
24	Fórum Eleitoral de Alvorada do Oeste	R\$ 573.680,00	R\$ 136.722,00	R\$ 710.402,00
25	Fórum Eleitoral de Costa Marques	R\$ 720.958,00	R\$ 109.281,00	R\$ 830.239,00
<b>VALOR TOTAL PARA O SEGURO</b>				<b>R\$ 48.544.399,00</b>
Fonte: Evento <a href="#">0864818</a> e Termo Aditivo à Carta-Contrato n. 17/2019 ( <a href="#">0879354</a> )				

1.2.1. Constituem parte do Termo de Referência, os seguintes documentos:

- a) Os endereços dos imóveis estão listados no Anexo I deste documento;
- b) O memorial descritivo dos imóveis está no Anexo II deste documento;
- c) Pesquisa de preços está no Anexo III deste documento.

1.2.4. Informações acerca dos prédios/ edificações seguradas:

- a) O TRE-RO possui seguro de idêntica natureza, ininterruptamente desde o exercício de 2000;
- b) Nesse período, houve 01 (um) sinistro no Edifício Sede do TRE-RO no ano de 2007, em razão de danos materiais elétricos; outro sinistro ocorreu no ano de 2014, quando aconteceu a maior cheia histórica do Rio Madeira, que alagou boa parte da área do Edifício Sede em Porto Velho/ RO; e outro no ano de 2019, quando ocorreu um sinistro no telhado (cobertura) do Edifício Sede em Porto Velho/ RO. Nas demais edificações do interior não há quaisquer registros de sinistros.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c) Em face das informações contidas nos subitens I e II acima, poderiam ser propostos bônus de fidelidade ou por experiência, refletindo diretamente no valor do prêmio;
- d) Os prédios do Edifício Sede do TRE, Fórum Eleitoral de Porto Velho, Anexo II - Depósito de Urnas e Anexo III - Garagem, todos estão protegidos por serviços de segurança armada 24 (vinte e quatro) horas por dia. O Fórum Eleitoral de Guajará-Mirim possui monitoramento eletrônico, os Fóruns do interior do Estado não estão disponibilizados serviços de segurança armada nem monitoramento eletrônico. Em caso de eventual sinistro nas edificações locadas, a indenização será em favor do proprietário do imóvel e a indenização dos equipamentos/ materiais permanentes ao TRE-RO;
- e) Informações sobre o estado de conservação dos bens patrimoniais a serem cobertos pela apólice, bem como a relação dos mesmos poderão ser obtidas na Coordenadoria de Materiais e Patrimônio - COMAP, Seção de Patrimônio - SEPAT do TRE-RO, junto à sede do TRE-RO, localizado na Av. Pres. Dutra, nº 1889, Baixa da União, Porto Velho/RO, CEP 76.805-859, ou através dos telefones: 3211-2073 (Chefe da SEMAP) ou 3211-2013 (Chefe da SEPAT, para dúvidas sobre bens patrimoniais);
- f) Os bens permanentes a serem cobertos pela apólice correspondem aos móveis, máquinas, equipamentos elétricos, eletrônicos e utensílios pertencentes ao patrimônio do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, bem como aqueles colocados formalmente à sua responsabilidade, que se encontrarem instalados ou guardados no Edifício Sede do TRE, Fórum Eleitoral de Porto Velho, Unidades do Anexo II - Depósito de Urnas, Anexo III - Garagem e Fóruns Eleitorais do interior;
- g) Os veículos pertencentes ao Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia não se incluem entre os objetos desta contratação porque possuem seguro específico;
- h) As plantas baixas e detalhes das edificações poderão ser obtidos com os servidores: André Pimentel e Antônio Roberto na Assessoria de Engenharia – ASSENGE do TRE-RO;
- i) Uma vez paga a indenização integral, os SALVADOS passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora que emitiu a apólice;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

j) Atualmente estão em obra os seguintes Fóruns Eleitorais: Rolim de Moura e Cerejeiras

### 1.3. Demais regras das condições e especificações da solução:

1.3.1. A contratação ocorrerá agrupada em um único lote, contendo todos os itens especificados no presente Instrumento pelas razões abaixo:

a) O impedimento de participação das corretoras de seguro no certame, o que restringe a oferta desses serviços para órgãos públicos, conforme art. 16 do Decreto 60.459/1967, com a redação dada pelo Decreto 93.871/1986, e reforçada, mais uma vez, pelo **Acórdão n. 600/2015 - TCU - Plenário**, segundo o qual, na formalização dos seguros para órgãos públicos, “*é vedada a interveniência de corretores ou intermediários, no ato da contratação e enquanto vigorar o ajuste, admitindo-se, todavia, que a entidade segurada contrate serviços de assistência técnica de empresa administradora de seguros*”.

b) A contratação pelo valor global torna mais atrativo o objeto a ser contratado, ampliando o interesse das sociedades seguradoras;

c) Redução do custo administrativo de todo o processo de contratação e gestão de uma única apólice de seguro de bens móveis e imóveis, maximizando a eficiência da gestão dos recursos públicos. Tal diretiva vai também ao encontro dos entendimentos recentes do TCU, que ao proferir o **Acórdão TCU 861/2013 – Plenário**, no qual a Relatora sustentou os seguintes argumentos para o agrupamento de itens em lotes, quando da licitação: “*lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação: fornecimento, vida útil do móvel e garantias dos produtos*”. E mais: “*O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública*”. Desta forma, o próprio TCU reconhece que o loteamento de itens é perfeitamente justificável quando se busca promover a eficiência da gestão dos contratos administrativos no setor público.

d) Desta forma, o próprio TCU reconhece que o agrupamento é perfeitamente justificável quando se busca promover a eficiência da gestão dos contratos administrativos no setor público.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

## **2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

2.1. A demanda está prevista no Plano Anual de Contratações de 2023 do TRE-RO, conforme abaixo demonstrado:

<b>FONTE ORÇAMENTÁRIA</b>	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	ORDINÁRIO (Manutenção Geral )
AGREGADOR	Operação dos Serviços Administrativos
DESPESA AGREGADA	SEGUROS
PLANO INTERNO	AOSA SEGURO
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	R\$
PLANO INTERNO	AIEF MANPRE
EVENTUAL PAGAMENTO DA FRANQUIA*	R\$ 27.000,00

**\*O valor da franquia somente será utilizado em caso de sinistro, não há necessidade de empenho prévio.**

## **3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

3.1. DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO: Justifica-se a presente contratação em razão dos riscos de ocorrências de sinistros de diversas naturezas como avarias nas edificações e bens, danos e perdas oriundas de incêndios, raios, explosões, danos elétricos, colisões, desastres que possam advir de fenômenos da natureza ou de ações humanas como acidentes, tumulto, roubo e/ou furto de bens e da necessidade de garantir a proteção do patrimônio público.

3.2. Este Termo de Referência deve-se ao fato da rescisão contratual por parte da seguradora, AXA SEGUROS S.A., conforme registro de comunicado no Processo n. [0001801-25.2019.6.22.8000](#), evento [1062644](#).

a) Os serviços prestados são de extrema necessidade visto que é para a proteção de todos os imóveis da Justiça Eleitoral no Estado de Rondônia. O pedido de não renovação do contrato por mais 1





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(um) ano por parte da empresa acima mencionada conduz à uma contratação emergencial de modo a suprir a ausência de contratada para este escopo tão necessário ao desenvolvimento das atividades nesta Instituição.

b) Diante de tal fato, será preciso manter uma empresa prestando o serviço em regime emergencial, nos termos do **art. 75, VIII, da Lei n. 14.133/2021**, visto que caracteriza urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares e serviços que possam ser concluídos no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

c) E no corrente ano será elaborado novo termo de referência para a contratação via processo licitatório normal, com prazo de contrato maior do que o período emergencial.

3.3. Os demais elementos que fundamentam a presente contratação fazem parte dos estudos da fase de planejamento da contratação constantes nos seguintes documentos:

3.3.1. Documento de Formalização da Demanda - DFD (Evento [1065357](#)).

3.4. DO ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: Em atendimento ao art. 2º da IN n. 09/2022-TRE/RO, de modo a buscar que a Administração conheça da necessidade, identifique criteriosamente o objeto a ser contratado e promova a adequada reserva orçamentária. Tudo isto, alinhado ao planejamento estratégico, especialmente no Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária.

3.5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: Considerando as regras previstas no art. 6º da IN nº 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, não conter critérios específicos para o o escopo da contratação em destaque, estabelece-se como medida sustentável a obrigação da contratada da futura contratada apresentar todas as apólices em meio digital, salvo impossibilidade técnica justificada.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

4.1. Destina-se a suprir o vácuo causado pela rescisão contratual com a empresa detentora da Carta-Contrato n. 17/2019 (Evento [0468009](#)), para tanto será feita a contratação emergencial com fulcro no art. 75, VIII, da Lei n. 14.133/2021, que tem o prazo máximo de duração de 1 (um) ano.

4.1.1. Tal prazo será explorado no seu maximo, com o fito que servirá para preparar outra contratação, por licitação, do aludido escopo. Servirá para apresentar um Termo de Referência voltado à solução de possíveis falhas existentes no modelo anterior que fora proposto e serviu de base a essa contratação direta. De modo que se pode mitigar eventuais equívocos que devem ser apurados no transcurso deste contrato emergencial.

4.1.2. A Apólice de Seguro deverá ser entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do pagamento do valor total do prêmio do seguro.

4.1.3. A não entrega da apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro dos prazos e termos contratados, da cobertura do seguro delimitada no objeto contratado;

4.1.4. Na Apólice de Seguro deverá constar, no mínimo:

- a) Descrição do objeto segurado e o nome do seguro;
- b) Datas de início e término da vigência da cobertura, a qual não será inferior a um ano;
- c) Descrição dos riscos cobertos, bem como os prejuízos indenizáveis para cada bem;
- d) Valor do prêmio de cada imóvel segurado;
- e) Valor da franquia de cada imóvel coberto e o teto de valores mínimos dos prejuízos indenizáveis;
- f) O prazo de execução do contrato será equivalente ao prazo de vigência da apólice, de 01 (um) ano, contado da seguinte forma a partir das 24h00 do dia 23/10/2023 até as 24h00 do dia 23/10/2024.

#### **4.2. Das coberturas dos imóveis**

4.2.1. Os imóveis mencionados no item 1.1. deverão ter as seguintes coberturas nas apólices propostas:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) Incêndio, Raio e Explosão;
- b) Danos Elétricos;
- c) Impacto de Veículos;
- d) Vendavais, estendido aos bens ao ar livre;
- e) Tumultos, compreendidos os atos não dolosos;
- f) Roubos e Furtos de Bens, excluído furto simples;
- g) Responsabilidade Civil Operações;
- h) Quebra de Vidro

4.2.2. Valores mínimos a serem considerados para a elaboração da proposta de cada um dos locais (item) estão contido no Anexo III - Pesquisa de Preços.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. Todos os requisitos mínimos exigidos ao objeto em epígrafe estão especificados e detalhados na definição do objeto, na justificativa e na exigência de qualificação mínima da empresa e do profissional, além dos seguintes:

- 5.1.1. Inscrição regular da licitante junto à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados.
- 5.1.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 5.1.3. Somente será possível que a própria entidade Seguradora emita a proposta (será vedada a participação de corretores no processo de contratação).
- 5.1.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 5.1.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

### **5.2. Da proposta comercial**

5.2.1. A proposta deverá constar o preço, expressos em moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas com impostos, taxas, seguro, frete, transporte, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer.

5.2.2. Os valores estimativos dos prêmios para cada imóvel estão evidenciados abaixo na proposta comercial:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA				
Nome da proponente:		PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS		
CNPJ n.:		61.198.164/0001-60		
Nome do Representante:		SURAMA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - SUSEP LIR80J		
Cargo do Representante:		CORRETOR DE SEGUROS		
Endereço da Proponente:		Av. Rio Branco, 1489 Rua Guaianase, 1238 Campos Elíseos, São Paulo		
PROPOSTA COMERCIAL				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – EDIFÍCIO SEDE				
1	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 19.793.536,19	R\$ 3.670,88	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 395.870,72	R\$ 11.927,12	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 71.256,73	R\$ 79,1	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 43.545,78	R\$ 370,53	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 29.690,30	R\$ 128,72	Não há



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Roubos e Furtos de Bens	R\$ 98.967,68	R\$ 2.776,55	POS NÃO CONTRATADA
Responsabilidade Civil	R\$ 21.772,89	R\$ 75,34	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
Quebra de Vidro	R\$ 15.834,83	R\$ 320,55	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
<b>Prêmio Líquido Total 1</b>		<b>R\$ 19.348,82</b>	-

**FÓRUM ELEITORAL DE PORTO VELHO**

ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
2	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 2.492.071,57	R\$ 462,18	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 49.841,43	R\$ 1.501,66	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 8.971,46	R\$ 9,96	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 5.482,56	R\$ 46,65	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 3.738,11	R\$ 16,21	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 12.460,36	R\$ 349,58	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade	R\$ 2.741,28	R\$ 9,49	10% das indenizações, com



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Civil			mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 1.993,66	R\$ 40,36	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	<b>Prêmio Líquido Total 2</b>		<b>R\$ 2.436,08</b>	-

**Anexo II – Almojarifado/ Depósito de Urnas/ Patrimônio**

ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
3	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 6.079.731,14	R\$ 1.127,54	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 17.023,25	R\$ 512,89	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 10.335,54	R\$ 11,48	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 3.647,84	R\$ 31,04	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 1.215,95	R\$ 5,27	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 60.797,31	R\$ 1.705,68	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 6.687,70	R\$ 23,14	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 1.215,95	R\$ 24,61	10% das indenizações, com



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 3		R\$ 3.441,65	-
Anexo III - Seção de Transporte				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
4	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 2.512.608,17	R\$ 465,98	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 18.844,56	R\$ 567,76	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 30.653,82	R\$ 34,04	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 10.301,69	R\$ 87,66	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 9.405,35	R\$ 39,21	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 16.331,95	R\$ 458,20	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 20.352,13	R\$ 70,43	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 10.050,43	R\$ 203,45	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 4		R\$ 1.926,74	-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Fórum Eleitoral de Guajará-Mirim				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
5	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 851.132,59	R\$ 157,85	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 9.192,23	R\$ 276,95	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 14.894,82	R\$ 16,54	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 4.936,57	R\$ 42,01	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 4.452,89	R\$ 19,19	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 7.915,53	R\$ 222,07	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 9.873,14	R\$ 34,16	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 3.404,53	R\$ 68,92	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 5		R\$ 837,69	-
Fórum Eleitoral de Ariquemes				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 1.588.848,25	R\$ 294,67	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 17.159,56	R\$ 517,00	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 27.804,84	R\$ 30,88	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 9.215,32	R\$ 78,41	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 8.262,01	R\$ 35,82	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 17.776,29	R\$ 498,72	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 18.430,64	R\$ 63,78	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 6.355,39	R\$ 128,65	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 6		R\$ 1.647,92	-
Fórum Eleitoral de Buritis				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
7	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 847.501,53	R\$ 157,18	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 9.153,02	R\$ 41,83	10% das indenizações, com



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 14.831,28	R\$ 16,47	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 4.915,51	R\$ 68,63	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 4.407,01	R\$ 19,11	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 7.881,76	R\$ 275,77	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 9.831,02	R\$ 221,12	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 3.390,01	R\$ 34,02	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	<b>Prêmio Líquido Total 7</b>		<b>R\$ 834,12</b>	-

**Fórum Eleitoral de Machadinho do Oeste**

ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 786.216,97	R\$ 145,81	POS NÃO CONTRATADA
8	Danos Elétricos	R\$ 8.491,14	R\$ 255,83	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 13.758,80	R\$ 15,28	10% das indenizações, com mínimo de R\$



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				1.500,00.
	Vendaval	R\$ 4.560,06	R\$ 38,80	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 4.088,33	R\$ 17,72	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 7.311,82	R\$ 205,13	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 9.120,12	R\$ 31,56	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 3.144,87	R\$ 63,66	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 8		R\$ 773,80	-
Fórum Eleitoral de Jaru				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
9	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 1.773.436,34	R\$ 328,90	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 19.153,11	R\$ 577,06	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 31.035,14	R\$ 34,47	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 10.285,93	R\$ 87,52	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Tumultos	R\$ 9.221,87	R\$ 39,98	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 6.492,96	R\$ 182,16	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 20.571,86	R\$ 71,19	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 7.093,75	R\$ 143,60	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	<b>Prêmio Líquido Total 9</b>		<b>R\$ 1.464,88</b>	-

**Fórum Eleitoral de Ouro Preto**

ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
10	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 586.489,36	R\$ 108,77	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 6.334,09	R\$ 190,84	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 10.263,56	R\$ 11,40	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 3.401,64	R\$ 28,94	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 3.049,74	R\$ 13,22	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 5.454,35	R\$ 153,02	POS NÃO CONTRATADA



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Responsabilidade Civil	R\$ 6.803,28	R\$ 23,54	10% indenizações, com mínimo de R\$ 500,00. das
	Quebra de Vidro	R\$ 2.345,96	R\$ 47,49	10% indenizações, com mínimo de R\$ 400,00. das
	Prêmio Líquido Total 10		R\$ 577,23	-
Fórum Eleitoral de Ji-Paraná				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
11	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 979.072,93	R\$ 181,58	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 10.573,99	R\$ 318,58	10% indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. das
	Impacto de Veículos	R\$ 17.133,78	R\$ 19,03	10% indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. das
	Vendaval	R\$ 5.678,62	R\$ 48,32	10% indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. das
	Tumultos	R\$ 5.091,18	R\$ 22,07	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 9.105,38	R\$ 255,45	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 11.357,25	R\$ 39,30	10% indenizações, com mínimo de R\$ 500,00. das



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Quebra de Vidro	R\$ 3.916,29	R\$ 79,28	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 11		R\$ 963,61	-
Fórum Eleitoral de Presidente Médici				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
12	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 568.547,55	R\$ 105,44	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 6.140,31	R\$ 185,00	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 9.949,58	R\$ 11,05	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 3.297,58	R\$ 28,06	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 2.956,45	R\$ 12,82	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 5.287,49	R\$ 148,34	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 6.595,15	R\$ 22,82	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 2.274,19	R\$ 46,04	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Prêmio Líquido Total 12		R\$ 559,57	
Fórum Eleitoral de Espigão do Oeste - Prédio Próprio				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
13	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 195.381,57	R\$ 36,24	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 2.110,12	R\$ 63,58	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 3.419,18	R\$ 3,80	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 1.133,21	R\$ 9,64	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 1.015,98	R\$ 4,40	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 1.817,05	R\$ 50,98	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 2.266,43	R\$ 7,84	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 781,53	R\$ 15,82	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 13		R\$ 192,30	-
Fórum Eleitoral de Cacoal				
ITEM	COBERTURA	Máximo	Prêmio	%POS (*)



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		Indenizável		
14	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 1.209.363,00	R\$ 224,29	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 13.061,12	R\$ 393,52	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 21.163,85	R\$ 23,50	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 7.014,31	R\$ 59,68	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 6.288,69	R\$ 27,26	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 11.247,08	R\$ 315,54	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 14.028,61	R\$ 48,54	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 4.837,45	R\$ 97,93	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 14		R\$ 1.190,26	-
Fórum Eleitoral de Pimenta Bueno				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
15	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 773.645,97	R\$ 143,48	POS NÃO CONTRATADA



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Danos Elétricos	R\$ 8.355,38	R\$ 251,74	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 13.538,80	R\$ 15,04	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 4.487,15	R\$ 38,18	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 4.022,96	R\$ 17,44	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 7.194,91	R\$ 201,85	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 8.974,29	R\$ 31,05	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 3.094,58	R\$ 62,64	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 15		R\$ 761,43	-
Fórum Eleitoral de Vilhena				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
16	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 598.400,90	R\$ 110,98	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 6.462,73	R\$ 194,71	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Impacto de Veículos	R\$ 10.472,02	R\$ 11,63	10% indenizações, das com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 3.470,73	R\$ 29,53	10% indenizações, das com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 3.111,68	R\$ 13,49	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 5.565,13	R\$ 156,13	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 6.941,45	R\$ 24,02	10% indenizações, das com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 2.393,60	R\$ 48,45	10% indenizações, das com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 16		R\$ 588,95	-
Fórum Eleitoral de Cerejeiras				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
17	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 638.387,54	R\$ 118,39	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 6.894,59	R\$ 207,73	10% indenizações, das com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 11.171,78	R\$ 12,41	10% indenizações, das com mínimo de R\$ 1.500,00.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Vendaval	R\$ 3.702,65	R\$ 31,51	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 3.319,62	R\$ 14,39	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 5.937,00	R\$ 166,56	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 7.405,30	R\$ 25,62	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 2.553,55	R\$ 51,69	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	<b>Prêmio Líquido Total 17</b>		<b>R\$ 628,30</b>	-

**Fórum Eleitoral de Colorado do Oeste**

ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
18	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 878.433,16	R\$ 162,91	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 9.487,08	R\$ 285,83	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 15.372,58	R\$ 17,07	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 5.094,91	R\$ 43,35	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Tumultos	R\$ 4.567,85	R\$ 19,80	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 8.169,43	R\$ 229,19	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 10.189,82	R\$ 35,26	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 3.513,73	R\$ 71,13	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 18		R\$ 864,56	-
Fórum Eleitoral de Rolim de Moura				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
19	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 577.692,30	R\$ 107,14	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 6.239,08	R\$ 187,98	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 10.109,62	R\$ 11,23	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 3.350,62	R\$ 28,51	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 3.004,00	R\$ 13,02	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 5.372,54	R\$ 150,73	POS NÃO CONTRATADA



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Responsabilidade Civil	R\$ 6.701,23	R\$ 23,19	10% indenizações, com mínimo de R\$ 500,00. das
	Quebra de Vidro	R\$ 2.310,77	R\$ 46,78	10% indenizações, com mínimo de R\$ 400,00. das
	Prêmio Líquido Total 19		R\$ 568,57	-
Fórum Eleitoral de Santa Luzia				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
20	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 324.788,84	R\$ 60,23	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 3.507,72	R\$ 105,68	10% indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. das
	Impacto de Veículos	R\$ 5.683,80	R\$ 6,31	10% indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. das
	Vendaval	R\$ 1.883,78	R\$ 16,03	10% indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00. das
	Tumultos	R\$ 1.688,90	R\$ 7,32	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 3.020,54	R\$ 84,74	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 3.767,55	R\$ 13,04	10% indenizações, com mínimo de R\$ 500,00. das





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Quebra de Vidro	R\$ 1.299,16	R\$ 26,30	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 20		R\$ 319,66	-
Fórum Eleitoral de Alta Floresta				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
21	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 681.717,35	R\$ 126,43	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 7.362,55	R\$ 221,83	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 11.930,05	R\$ 13,25	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 3.953,96	R\$ 33,64	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 3.544,93	R\$ 15,37	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 6.339,97	R\$ 177,87	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 7.907,92	R\$ 27,36	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 2.726,87	R\$ 55,20	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Prêmio Líquido Total 21		R\$ 670,95	-
Fórum Eleitoral de Nova Brasilândia				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
22	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 479.051,62	R\$ 88,84	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 5.173,76	R\$ 155,88	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 8.383,40	R\$ 9,31	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 2.778,50	R\$ 23,64	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 2.491,07	R\$ 10,80	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 4.455,18	R\$ 124,99	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 5.557,00	R\$ 19,23	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 1.916,21	R\$ 38,79	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 22		R\$ 471,49	-
Fórum Eleitoral de São Miguel				
ITEM	COBERTURA	Máximo	Prêmio	%POS (*)



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		Indenizável		
23	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 764.575,22	R\$ 141,80	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 8.257,41	R\$ 248,79	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 13.380,07	R\$ 14,86	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 4.434,54	R\$ 37,73	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 3.975,79	R\$ 17,24	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 7.110,55	R\$ 199,49	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 8.869,07	R\$ 30,69	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 3.058,30	R\$ 61,91	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 23		R\$ 752,50	-
Fórum Eleitoral de Alvorada do Oeste				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
24	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 710.401,88	R\$ 131,75	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 7.672,34	R\$ 231,16	10% das



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 12.432,03	R\$ 13,81	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Vendaval	R\$ 4.120,33	R\$ 35,06	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Tumultos	R\$ 3.694,09	R\$ 16,02	Não há
	Roubos e Furtos de Bens	R\$ 6.606,74	R\$ 185,35	POS NÃO CONTRATADA
	Responsabilidade Civil	R\$ 8.240,66	R\$ 28,52	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
	Quebra de Vidro	R\$ 2.841,61	R\$ 57,52	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
	Prêmio Líquido Total 24		R\$ 699,18	-
Fórum Eleitoral de Costa Marques				
ITEM	COBERTURA	Máximo Indenizável	Prêmio	%POS (*)
25	Incêndio/ Raio/ Explosão	R\$ 830.238,88	R\$ 153,97	POS NÃO CONTRATADA
	Danos Elétricos	R\$ 8.966,58	R\$ 270,15	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
	Impacto de Veículos	R\$ 14.529,18	R\$ 16,14	10% das indenizações, com

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

			mínimo de R\$ 1.500,00.
Vendaval	R\$ 4.815,39	R\$ 40,97	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.500,00.
Tumultos	R\$ 4.317,24	R\$ 18,72	Não há
Roubos e Furtos de Bens	R\$ 7.721,22	R\$ 216,62	POS NÃO CONTRATADA
Responsabilidade Civil	R\$ 9.630,77	R\$ 33,33	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500,00.
Quebra de Vidro	R\$ 3.320,96	R\$ 67,23	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 400,00.
<b>Prêmio Líquido Total 25</b>		<b>R\$ 817,13</b>	-
<b>Valor Total do Prêmio (1 a 25)</b>		<b>R\$ 43.337,36</b>	
<b>Desconto Técnico sobre Prêmio (20%)</b>		<b>R\$ 8.667,47 (R\$ 34.669,89)</b>	
<b>PAGAMENTO A VISTA (+5% DE DESCONTO)</b>		<b>R\$ 32.936,40</b>	
<b>Custo da Apólice</b>		<b>R\$ 32.936,40</b>	
<b>Valor Total da Proposta</b>		<b>R\$ 32.936,40</b>	

5.2.3. A execução do objeto especificado no presente Termo de Referência será realizada pelo critério do menor preço global, na forma do art. 34, inciso I, Lei n. 14.133/2021, considerando as informações constantes no Anexo III - Pesquisa de Preços, deste Instrumento.

5.2.4. Na Elaboração da proposta deverão estar previstos todos os custos diretos e indiretos inerentes aos procedimentos de execução dos serviços a serem contratados.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.2.5. Quando da elaboração de suas propostas, as licitantes deverão informar os valores dos prêmios e das franquias individualmente para cada imóvel, conforme parâmetro de coberturas estabelecido para cada um dos imóveis, descritos na tabela acima.

5.2.6. Será contratada a empresa que ofertar o menor valor global para a contratação dos serviços. As propostas serão avaliadas exclusivamente em função do valor global do prêmio ofertado, somado ao valor do custo de emissão da apólice.

5.2.7. A título de desempate, em caso de haverem duas propostas de mesmo valor, deverá ser adotada as preferências estabelecidas no art. 60, Lei n. 14.133/2021.

5.2.8. O valor estimado neste Termo de Referência deverá ser o parâmetro máximo de preço aceito na proposta de cada empresa, sendo desconsideradas as propostas que apresentarem preços unitários ou globais superiores aos estimados pela Administração, conforme parâmetros estabelecidos no Anexo III do presente instrumento.

5.2.9. Para elaboração das propostas, as empresas deverão apresentar sua composição de preços, conforme o subitem 5.2.2, onde deverão ser preenchidos os campos referentes ao valor da franquia, ao valor do prêmio unitário e global, bem como ao percentual de pagamento obrigatório do segurado;

5.2.10. O percentual de Pagamento Obrigatório do Segurado (POS) não poderá ser superior a 10% do valor dos prejuízos indenizáveis de um eventual sinistro.

5.2.11. A contratada deverá informar nome e o número do telefone do **preposto que ficará responsável pelo atendimento à contratante.**

5.3. São partes integrantes do termo de referência:

- a) Anexo I - Endereço dos Imóveis do TRE-RO;
- b) Anexo II - Memorial Descritivo dos Imóveis;
- c) Anexo III - Pesquisa de Preços.

## **5.4. VISTORIA**

5.4.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.4.2. O licitante poderá realizar vistoria nas instalações, no endereço do TRE-RO, acompanhado por servidor designado para esse fim, desde que previamente agendado, e no horário de funcionamento da instituição, de segunda à sexta-feira, das 11h às 18h.

5.4.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.4.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5.4.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## **6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

6.1. A contratação possui critérios de sustentabilidade que foram elencados no item 3.6 deste Termo de Referência, que foi devidamente justificado.

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **7.1. Prazos e Condições**

7.1.1 O prazo de execução do contrato será equivalente ao prazo de vigência da apólice, ou seja, 1 (um) ano, contado da emissão da apólice de seguro, na forma do subitem 7.1.4, alínea "f", com fundamento no art. 75, VIII, da lei n. 14.133/2021.

**7.1.2. A Apólice de Seguro deverá ser entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do pagamento do valor total do prêmio do seguro.**

a) A apólice de seguro será recebida provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste documento e na proposta.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

c) Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, pelo fiscal, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

d) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.1.3. A não entrega da apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro dos prazos e termos contratados, da cobertura do seguro delimitada no objeto contratado;

7.1.4. Na Apólice de Seguro deverá constar, no mínimo:

- a) Descrição do objeto segurado e o nome do seguro;
- b) Datas de início e término da vigência da cobertura, a qual não será inferior a um ano;
- c) Descrição dos riscos cobertos, bem como os prejuízos indenizáveis para cada bem;
- d) Valor do prêmio de cada imóvel segurado;
- e) Valor da franquia de cada imóvel coberto e o teto de valores mínimos dos prejuízos indenizáveis;
- f) O prazo de execução do contrato será equivalente ao prazo de vigência da apólice, de 01 (um) ano, contado da seguinte forma a partir das 24h00 do dia 23/10/2023 até as 24h00 do dia 23/10/2024.

7.1.5. Pagamento de Franquia de Seguro

- a) Na ocorrência de eventuais sinistros de perda parcial que necessitem do acionamento do seguro do imóvel, este Tribunal ficará responsável pelo pagamento do respectivo valor da franquia ou do percentual de Pagamento Obrigatório do Segurado (POS);



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) O percentual de POS não poderá ser superior a 10% do valor do prejuízo indenizável do sinistro, desde que respeitados os valores de franquia estipulados para cada item de cobertura da apólice;
- c) O valor do percentual de POS somente será considerado, para efeitos de pagamento, se o percentual do valor dos prejuízos indenizáveis do sinistro for superior ao valor da franquia estipulada pela seguradora;
- d) O pagamento do valor do POS e do valor da franquia não é cumulativo;
- e) Em caso de indenização integral (perda total do objeto) não será cabível a cobrança do valor da franquia do seguro ou do valor do POS;
- f) Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% dos valores referenciados no presente Termo de Referência;
- g) Administração deverá providenciar a devida reserva orçamentária para cobrir custos de cobertura da referida franquia na eventual ocorrência de sinistro parcial;
- h) Para efeitos de estimativa, esta Unidade considera adequado delimitar o valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) para fins de reserva orçamentária destinada a eventuais pagamentos de franquias/POS do seguro contratado.

### **7.2. Deveres e Responsabilidades do contratante:**

- 7.2.1. Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços.
- 7.2.2. Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na entrega dos materiais ou na prestação de serviços;
- 7.2.3. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida;
- 7.2.4. Exigir e conferir todos os documentos listados nas obrigações prévias da contratada, manifestando-se por sua regularidade ou notificar a contratada para que os apresente em prazo razoável, sob pena de não celebrar o contato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e editalícias;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.2.5. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no instrumento de contrato;

7.2.6. Reunir-se com a contratada, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à entrega de bens ou execução de serviços;

7.2.7. Assegurar, quando exigível, o acesso dos empregados da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

7.2.8. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas de parte desta;

7.2.9. Notificar a contratada para, no prazo máximo concedido, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos aspectos em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;

7.2.10. Rejeitar, através do fiscal contrato, a entrega de material ou a execução dos serviços prestados em desacordo com as obrigações estabelecidas no contrato e fixar prazo para a correta execução;

7.2.11. Receber os bens ou os serviços, por meio do fiscal contrato, em caráter provisório e definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido neste termo de referência e no contrato, certificando as notas fiscais da entrega;

7.2.12. Realizar o pagamento dos bens entregues ou dos serviços prestados na forma estabelecida neste termo de referência e no contrato:

7.2.12.1. O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal/fatura, após o recebimento definitivo dos bens ou dos serviços atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor do contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços.

7.2.12.2. Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, email, número de celular ou chave aleatória.

$$\frac{\text{EM}}{\text{Na}} = \frac{\text{I} \times \text{N}}{\text{VP}}$$

qual:  
EM = Encargos moratórios;  
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

7.2.12.8. A compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

7.2.13. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

### **7.3. Deveres e Responsabilidades da Contratada:**

7.3.1 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições para a execução do objeto nos termos estabelecidos na sua proposta comercial e no instrumento de contrato;

7.3.2 Manter representante para o contrato no Município de Porto Velho – RO, localidade de execução/gestão do contrato, conforme determina o Art. 68 da Lei n. 8.666/93 ou, na falta deste, disponibilizar central de atendimento telefônico 24 (vinte e quatro) horas/dia, com custo da ligação sem ônus para este Tribunal. Corretores ou intermediários de seguros não poderão exercer a função de representante (preposto) da contratada;

a) O preposto indicado pela empresa deverá informar quais são os meios de contato com ele, tais como: telefone celular, e-mail ou outro meio.

b) Este preposto será o interlocutor da contratada para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo contratante;

7.3.3. Informar à contratante no ato da emissão da apólice, nome de contato e número do telefone do representante local que ficará responsável pelo atendimento à contratante e o número do telefone 0800 para atendimento à distância;

7.3.4. Apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, o boleto/recibo de seguro para pagamento;

7.3.5 Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

7.3.6. Indicar número do CNPJ no boleto/recibo de seguro idêntico ao da proposta comercial;

7.3.7. Não é permitida a subcontratação parcial da execução do objeto do contrato com prévia anuência do contratante e com observância estrita das regras definidas no contrato;

7.3.8. Emitir a apólice de seguro dos bens no prazo de 10 (dez) dias após o pagamento da proposta de seguro. Como medida sustentável, apresentar todas as apólices em meio digital, salvo impossibilidade técnica justificada;

7.3.9. Regular os eventuais sinistros no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega de todos documentos necessários a regulação do sinistro, conforme Art. 33, § 1º, da Circular SUSEP 256, de 16/6/2004;

7.3.10. Realizar os pagamentos de indenizações devidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados da data do cumprimento, pela contratante, das obrigações decorrentes do sinistro, nos termos estipulados pela apólice e conforme Art. 33, § 1º, da Circular SUSEP 256, de 16/6/2004;

7.3.11. Manter serviço de atendimento diário ao contratante, 24 horas por dia, mediante disponibilização de telefones fixos, celulares, e-mails e responsável para contato, com vistas ao atendimento de questões relativas à execução dos presentes serviços;

7.3.12. Manter-se, durante a execução do presente CONTRATO, em situação de plena regularidade junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Pública, o INSS, o FGTS e a Justiça do Trabalho;

7.3.13. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do contratante, cabendo à contratada prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;

7.3.14. Responsabilizar-se pelos danos causados à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do presente CONTRATO, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.3.15. Garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los;

7.3.16. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação;

7.3.17. Cumprir as demais disposições contratuais, legais, principalmente da legislação específica aplicável à execução do objeto do contrato.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **8.1. Indicação da Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato:**

a) A Gestão do contrato ficará a cargo do Chefe da Seção de Manutenção Predial - SEMAP.

b) A fiscalização ficará a cargo dos servidores André Pimentel, Mirvaldo Moraes de Souza e Antônio Roberto dos Santos Ferreira.

#### **8.1.1. Rotinas de Fiscalização Contratual**

8.1.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.1.1.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

8.1.1.2.1. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.1.1.2.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.1.1.3. O contratado deverá apresentar preposto para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.1.1.4. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

8.1.1.4.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.1.1.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

8.1.1.6. O TRE-RO poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

8.1.1.7. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

8.1.1.8. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8.1.1.9. Além do disposto acima, para fins de comunicação entre o TRE-RO e a Contratada ficam estipulados os seguintes meios:

- a) Chamada Telefônica: pode ser utilizada para alinhamentos, esclarecimento de dúvidas e outras demandas que possam ser tratadas informalmente.
- b) A Contratada deverá informar os seus números de contato ao gestor do contrato, assim como demais meios de comunicação e mantê-los sempre atualizados.
- c) E-mail institucional: deve ser utilizado para comunicações relativas a convocações para reuniões, atualização de informações relevantes e outras que mereçam ser documentadas;

8.1.1.10. A apólice apresentada em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência, no contrato, ou caso ocorra qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, a apólice será



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

devolvida à Contratada e, neste caso, o prazo para pagamento será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

8.1.2. Após a conclusão dos procedimentos de análise das propostas e declaração da empresa vencedora, caso seja concluído pela contratação, será firmado termo de contrato ou instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização).

8.1.3. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para realização do cadastro de seu representante legal e de suas testemunhas no Sistema Eletrônico de Informação – SEI, cujo link será oferecido no momento oportuno e assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

8.1.4. **No ato da assinatura do contrato**, a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, a adjudicatária deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

8.1.5. Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a adjudicatária realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.

8.1.6. Após a realização do cadastro e liberação pela Seção de Contratos, a adjudicatária será convocada para assinar o contrato, nos Termos da minuta ajustada à proposta vencedora, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a solicitação da Seção de Contratos

8.1.7. Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Seção de Contratos remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela adjudicatária. O



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

8.1.8. Com a assinatura do contrato a contratada se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão e seus anexos e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editalícias e contratuais.

8.1.9. Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais o edital de Pregão e seus Anexos, a proposta vencedora da contratada e a apólice do seguro, independentemente de transcrição.

8.1.10. À relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se as normas da Lei n. 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 - ou outra norma do TRE-RO que venha a substituí-la ou alterá-la. Supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, por fim, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.

8.1.11. O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002).

## **8.2. Procedimentos de Gestão e Fiscalização do Contrato:**

8.2.1. São **atribuições do fiscal**, que poderá solicitar manifestações, laudos e pareceres técnicos de profissional habilitado para subsidiar sua atuação:

I - Analisar e manifestar-se sobre o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC;

II - Acompanhar a execução dos serviços, manifestando-se sobre as eventuais irregularidades, desconformidades e ocorrências que afetem a qualidade do sistema;

III - Emitir, a seu juízo, os chamados técnicos;

IV - Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções, cientificando o gestor do contrato;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - Aferir o material utilizado, os serviços realizados, assinar a Ficha de Atendimento apresentada pelo CONTRATADO, quando houver prestação de qualquer dos serviços previstos neste termo de referência;

VI - Realizar pesquisas de preços e manifestar-se sobre o fornecimento de peças pela contratada;

VII - Atestar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

VIII - Analisar, conferir e atestar as notas fiscais, por meio de nota técnica, e encaminhar a documentação ao Gestor do contrato, o qual remeterá à SAOFC, manifestando-se sobre o pagamento;

IX - Anotar de forma organizada, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, documentando os principais atos através de atas, informações, comunicados, correspondências, termos, relatórios, entre outros;

X - Atuar de forma preventiva e proativa, alertando o contratado para a proximidade do vencimento de prazos e obrigações relacionados à execução do objeto que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos;

XI - Comunicar o gestor do contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

XII - Comunicar à contratada, pela via mais célere, eventuais irregularidades na execução do contrato, estabelecendo prazo para solução dos problemas apontados e comprovar o recebimento da comunicação pela contratada, cuja cópia deverão ser juntadas no processo para ciência do gestor;

XIII - Exercer as demais atribuições de fiscal estabelecidas no art. 27 da IN/TRE nº 004/2008 ou outra norma que venha a substituí-la;

XIV - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

### **8.2.2. O gestor do contrato** ficará responsável por:

I - Zelar pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação e controle previstos nas normas de gestão de contratos da Justiça Eleitoral, atuando de forma complementar ao



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fiscal do contrato, atuando de forma preventiva e proativa, alertando o contratado para a proximidade do vencimento de prazos e obrigações relacionadas ao contrato que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos;

II - Proceder à imediata notificação à contratada nas hipóteses de descumprimento das obrigações contratuais, concedendo prazo razoável, quando não fixado no próprio contrato, para sua correção;

III - Registrar os ajustes acordados com o representante da contratada, colhendo sua assinatura e promovendo a sua juntada ao processo;

IV - Juntar no próprio processo, ou em outro relacionado especialmente aberto com este fim - quando a natureza, a complexidade ou o valor da contratação assim determinar - as ocorrências verificadas na execução contratual, bem como as medidas levadas a efeito para sua solução, as quais serão parte integrante do processo de contratação respectivo;

V - Exercer as atribuições de fiscal de documentação, realizando o controle e acompanhamento da parte referente à documentação formal do contrato, compreendendo a verificação da legislação fiscal, tributária, comercial e contábil;

VI - Dirimir dúvidas e responder a consultas e requerimentos quanto aos termos do contrato, inclusive quanto à alteração contratual, ouvindo, quando necessário, o fiscal do contrato;

VII - Aplicar, se entender conveniente, de forma fundamentada, a pena de advertência e propor à autoridade superior a aplicação de outras penalidades, previstas no contrato;

VIII - Comunicar à Administração, por escrito, sobre o término do contrato, observando o prazo de até 90 (noventa) dias corridos, apresentando as justificativas necessárias, caso se trate da realização de nova licitação, de prorrogação do contrato ou de contratação direta;

IX - Acompanhar todos os atos praticados pelo fiscal de execução, manifestando-se quando necessário;

X - Autorizar o fornecimento de peças pela contratada, zelando pela disponibilidade orçamentária;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XI - Solicitar, sempre que julgar necessário, manifestação expressa das unidades de assessoria e técnicas do Tribunal;

XII - Praticar outros atos e prestar quaisquer informações afins a suas atribuições sempre que solicitadas pelo Secretário da SAOFC ou outra autoridade do Tribunal;

XIII - Exercer as demais atribuições de gestor estabelecidas no art. 28 da IN/TRE nº 004/2008 ou outra norma que venha a substituí-la;

XI - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

### **8.3. Mecanismos Formais de Comunicação**

8.3.1. Será realizada uma reunião inicial do contrato com a participação da contratada, do gestor e fiscais do contrato.

8.3.2. O mecanismo formal de comunicação utilizado no contrato será o e-mail, conforme detalhamento a seguir:

<b>ASSUNTO</b>	<b>E-MAIL</b>
Envio de notas fiscais e informações sobre faturamento	E-mail institucional
Informações técnicas	E-mail institucional

### **9. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

9.1. O pagamento será realizado uma única vez, em moeda corrente, até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de entrada dos seguintes documentos neste Tribunal:

- a) Certidões de Regularidade Fiscal;
- b) Inscrição regular da licitante junto à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados;
- c) Nota Fiscal ou Fatura, referente ao seguro.

9.2. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.3. Cumpridas pela CONTRATADA todas as exigências legais e contratuais, o CONTRATANTE fará o pagamento em até 10 (dez) dias úteis, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em favor da contratada, na conta corrente indicada na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número de conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A.

9.4. Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, email, número de celular ou chave aleatória.

9.5. Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança.

9.6. O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.

9.7. O CONTRATANTE reserva-se no direito de suspender o pagamento se os serviços prestados estiverem em desacordo com as especificações definidas no contrato.

## **10. REAJUSTE CONTRATUAL**

10.1. Não haverá.

## **11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O valor total estimado para a contratação é de R\$ 32.936,40 (trinta e dois mil novecentos e trinta e seis reais e quarenta centavos).

11.2. O detalhamento da pesquisa de preços realizada para a estimativa do preço integra a INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, evento [1076771](#).

## **12. ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA**

12.1. A fonte orçamentária para o custeio da despesa está indicada no quadro adiante:

<b>FONTE ORÇAMENTÁRIA</b>
---------------------------

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por ano
			Exercício corrente (R\$)
ORDINÁRIO (Manutenção Geral )	Seguro anual dos imóveis da JE-RO	ADM SEGURO	R\$ 35.000,00
Total por exercício financeiro			R\$ 35.000,00
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:			

**13. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

FORMA DE SELEÇÃO
Dispensa de Licitação: ( ) por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica; ( x ) Não utilizar o Sistema de Dispensa Eletrônica. JUSTIFICAR: Em face da de haver escritórios de seguro na cidade e o envio das propostas comerciais tornará mais célere a contratação.
Inexigibilidade de Licitação: Indicar o fundamento.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO
( x ) Menor preço global
( ) Menor preço por item
( ) Maior desconto
( ) Outro:

**14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**14.1.** As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

**14.1.1. Habilitação jurídica**

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- c) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- e) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**14.1.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

e) Certidão negativa de débitos trabalhistas na Justiça do Trabalho.

### **14.1.3. Habilitação econômico-financeira**

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

### **14.1.4. Habilitação Técnica**

a) Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

i) A contratada deverá apresentar Atestado de Capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou de forma satisfatória, Serviço de seguro Patrimonial com características pertinentes e compatíveis com o objeto do presente documento.

ii) Inscrição regular da licitante junto a SUSEP – superintendência de Seguros Privados.

iii) Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

## **15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS**

**15.1. SANÇÕES:** Na ocorrência das infrações administrativas descritas adiante, poderão ser aplicadas as sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021, na forma seguinte:

**15.1.1 Advertência:** pela cometimento da infração administrativa de **dar causa à inexecução parcial do contrato**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**15.1.2 Multa:** de 5,0% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento), de acordo com a gravidade da conduta, do valor do contrato celebrado ou da obrigação inadimplida, aplicada ao responsável por qualquer das seguintes infrações administrativas:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - dar causa à inexecução total do contrato;

III - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

IV - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**15.1.3 Impedimento de licitar e contratar:** quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

**15.1.4 Declaração de inidoneidade:** será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.1.3 desta seção e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

- II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**15.2.** O procedimento e demais critérios para aplicação das sanções estabelecidas no item 15.1 desta seção observarão as normas gerais da Lei n. 14.133/2021 e, ainda, aquelas estabelecidas em regulamento por este Tribunal.



Documento assinado eletronicamente por **HYDEN COSTA HAYDEN, Chefe de Seção**, em 25/10/2023, às 15:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1077213** e o código CRC **B37C08C2**.

0001859-86.2023.6.22.8000

1077213v2



### **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0001859-86.2023.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Contratação emergencial - Dispensa de licitação tradicional – Contratação de serviços de seguro para cobertura de risco total de bens móveis e imóveis pertencentes ao TRE-RO

## **PARECER JURÍDICO Nº 248 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

### **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pela SEMAP ([1065297](#)) objetivando a Contratação emergencial de pessoa



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

jurídica, especializada em serviços de seguro para cobertura de risco total de bens móveis e imóveis pertencentes ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RO), com contornos iniciais delineados no Documento de Formalização de Demanda - DFD juntado no evento ([1065357](#)).

**02.** Registra-se que o pedido de contratação foi elaborado pelas regras do regime jurídico da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicável a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO n.9, de 11/10/2022, publicada no DJE TRE-RO n. 250, de 05/09/2022 e de observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022 ([0934832](#)).

**03.** Por meio do Despacho n. 2233/2023 ([1065555](#)), o Secretário da SAOFC analisou que, de acordo com as justificativas apontadas no DFD, a contratação **não** exigiria a instituição de Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, bem como a elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Riscos. Assim, com fundamento no § 3º do art. 3º da IN TRE-RO n. 9/2022, encaminhou o processo à SEMAP para elaboração do Termo de Referência, realização de pesquisa de preços e elaboração da Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC.

**04.** Para cumprimento do referido despacho e instrução do feito, foram juntados inicialmente os seguintes documentos ao processo:

**I** - Termo de Referência n. 6/2023 ([1077213](#)) e anexos ([1066485](#), [1066486](#) e 1066489) que reproduz as regras da contratação emergencial;

**II** - Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação direta ([1077742](#)), com valor estimado de **R\$ 32.936,40**.

**05.** A Seção de Apoio às Contratações (SAC), em sua análise dos documentos da fase de planejamento da contratação, apontou diversas retificações necessárias, por exemplo inserção de índice de reajuste na minuta do contrato, e concluiu sua análise nos seguintes termos ([1077742](#)):

3- Como já registrado nesta análise, faltou comprovar a regularidade da empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, CNPJ: **61.198.164/0001-60**, para contratar com a Administração Pública.

4- Após a análise formal, verifica-se que a **FASE DE PLANEJAMENTO**, a **PESQUISA DE PREÇOS - ESTIMATIVA DA DESPESA** e o **TERMO DE REFERÊNCIA** (TR) N° 6/2023 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([1077213](#)), complementado pela cotação juntada no evento ([1066489](#)), encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 75, inciso VIII, da Lei 14.133/2021,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para **contratação direta por dispensa de licitação**, a ser analisada pela Assessoria Jurídica da SAOFC, nos termos do art. 26, inciso V, da IN n. 009/2022-TRE-RO.

**06.** Após solicitação da SEMAP ([1077216](#)), informando sobre a conclusão dos documentos do planejamento da contratação e a expiração do prazo da Carta-contrato nº 17/2019, o Secretário da SAOFC, por meio do Despacho n. 2566/2023 ([1077276](#)), determinou a remessa ao processo à SAC para análise dos documentos da etapa de planejamento da contratação, à COFC para programação orçamentária, e, por fim, a esta Assessoria Jurídica para emissão do parecer.

**07.** Em seguida, a programação orçamentária da **despesa pretendida** foi juntada no evento ([1078237](#)), documento que também registra, em cumprimento ao art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo artigo, ambos da LC n. 101/2000 – LRF, a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

**08.** A SEMAP juntou e-mail enviado à SURAMA Corretoras de Seguros, detentora do CNAE referente à cotação de seguros, e as respectivas respostas das empresas do ramo pertinente ao objeto da contratação ([1066489](#) e [1076490](#)), habilitação ([1078448](#), [1078450](#), [1078453](#)) e declarações ([1079162](#)) visando atender aos comandos contidos na Análise da SAC ao TR nº 234/2023. Ainda, a unidade demandante informou o prazo de vigência contratual e a incidência do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (IPCA) ao ajuste a ser firmado, consoante Informação nº 129/2023-SEMAP ([1079185](#)) e Informação nº 130/2023-SEMAP ([1079209](#)).

**09.** Nessa esteira, das 3 (três) empresas que apresentaram resposta à pesquisa de mercado realizada pela SEMAP, por meio da SURAMA Corretora de Seguros, apenas a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, CNPJ nº 61.198.164/0001-60, encaminhou propostas comerciais ([1066489](#)), conforme teor da ICVC ([1076771](#)), e, posteriormente, comprovou a sua regularidade e habilitação exigidas para contratar com este Regional.

**10.** Por fim, a minuta do contrato foi juntada pela SECONT no evento ([1079229](#)). Assim instruídos, vieram os autos para análise jurídica.

**É o necessário relato.**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **II – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**11.** Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI n. 0001859-86.2023.6.22.8000) até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

**12.** Por sua vez, no regime jurídico da **Lei n. 14.133/2021**, encontram-se as seguintes regras no tocante à atuação da Assessoria Jurídica nos processos de contratação:

**Art. 53.** Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará **controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação**.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

III - (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no [art. 54](#).

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração **também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas**, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos. (sem destaques no original)

**13.** O presente parecer restringir-se-á aos aspectos jurídicos dos documentos e elementos que instruem a fase de planejamento da contratação, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. Até porque, na forma do **art. 169 da Lei n. 14.133/2021**, as unidades de assessoramento jurídico, ao lado do controle interno do órgão, **integram a segunda linha de defesa** na busca de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e de controle preventivo. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

### **III – ANÁLISE JURÍDICA**

#### **3.1 Da verificação do cumprimento dos requisitos legais da fase preparatória da contratação:**

**14.** De acordo com o **art. 18 da Lei n. 14.133/2021**, a fase **preparatória** do processo licitatório é caracterizada pelo **planejamento** e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual** também disciplinado por essa norma, devendo abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação por meio de diversos instrumentos listados nesse dispositivo.

**15.** Contudo, o caso em análise não busca a realização de um certame licitatório de maior complexidade. Trata-se da via da contratação direta, por dispensa de licitação, **em razão de situação emergencial**. Para hipóteses como tais a **Lei n. 14.133/2021** elencou os documentos que devem instruir o processo de contratação. Veja-se:

**Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:**

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

**16.** Para regulamentar o referido comando legal, no âmbito deste Tribunal foi editada a **Instrução Normativa TRE-RO nº 9/2022**, que disciplina as regras e procedimentos para as contratações





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

diretas realizadas por inexigibilidade e dispensa de licitação. Assim, de igual forma, o referido normativo também dispõe:

### **CAPÍTULO II**

#### **PLANEJAMENTO**

**Art. 3º** O planejamento das contratações realizadas por meio de inexigibilidade e dispensa de licitação será composto pelos seguintes documentos, quando não dispensados parcialmente na forma regulada por esta instrução normativa:

**I - Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação;**

**II - Formulário de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação;**

**III - Estudo Técnico Preliminar;**

**IV - Mapa de Riscos;**

**V - Estimativa da Despesa, a ser apurada por meio de pesquisa de preços e registrada na Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação (ICVEC), documento padronizado pelo TRE-RO no Anexo V deste normativo;**

**VI - Termo de Referência ou Projeto Básico e Projeto Executivo;**

**VII - Indicação e Ciência de Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, quando houver.**

§ 1º O planejamento das contratações compete às unidades demandantes e, quando houver designação, às equipes de planejamento das contratações, às quais incumbe a elaboração dos documentos indicados no caput.

§ 2º A elaboração dos documentos previstos nos incisos I, V e VI do caput é obrigatória para todas as contratações diretas, exceto na ocorrência das situações previstas no inciso VIII do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, para as quais a elaboração poderá ser dispensada, sem prejuízo da observância, naquilo que aplicável, do § 6º desse dispositivo legal.

§ 3º A elaboração dos documentos previstos nos incisos II, III, e IV do caput é facultativa, a critério da unidade demandante ou decidido pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOFC), conforme a especificidade do objeto, a complexidade da contratação ou outros elementos que a justifiquem, registrados expressamente no processo, nos quais devem ser considerados a redução de custos da contratação (art. 21, VI, da Resolução TSE n. 23.702/2022).

§ 4º A elaboração do documento previsto no inciso II do caput é obrigatória nas contratações cujo planejamento contenha estudos técnicos preliminares e mapa de riscos, quando a complexidade assim exigir.

§ 5º A elaboração do documento previsto no inciso VII do caput será adotada nas contratações formalizadas mediante termo de contrato, quando a complexidade assim exigir.

§ 6º O planejamento da contratação poderá, a critério da unidade demandante ou da equipe designada, conter outros documentos considerados necessários à instrução processual.

§ 7º O gestor da unidade demandante deverá, como condição para o encaminhamento do processo à SAOFC, manifestar expressa concordância com os termos da contratação proposta.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**17.** Como visto pelos dispositivos acima que estabelecem os documentos da fase de planejamento das contratações diretas, cuja análise será realizada de forma individual neste parecer:

**I - Poderão ser dispensados de forma justificada:**

- a) a equipe de planejamento da contratação;
- b) o Estudo Técnico Preliminar; e
- c) o mapa de riscos;
- d) Equipe de Gestão e Fiscalização de contrato.

**II - Por sua vez, são obrigatórios a todas elas:**

- a) Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação;
- b) Estimativa da Despesa; e
- c) Termo de Referência ou Projeto Básico e Projeto Executivo.

### **3.1.1 Análise dos elementos do Documento de Formalização da Demanda - DFD**

**18.** O Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação está disciplinado pelo art. 4º da IN TRE-RO n. 9/2022, que o padroniza na forma de seu anexo IV, documento utilizado pelo SEMAP para o registro de sua demanda ([1065357](#)). Verifica-se que todos os elementos exigidos pelo referido regulamento foram informados pela unidade demandante. Destaca-se ainda que no campo reservado às **Informações Adicionais**, a unidade sugeriu a dispensa de ETP, Mapa de Riscos e Indicação de Equipe de Planejamento da Contratação apresentando as seguintes justificativas. Nos precisos termos do art. 3º, § 3º, da IN n. 09/2022, tem-se que:

A elaboração dos documentos previstos nos incisos II, III, e IV do caput é facultativa, a critério da unidade demandante ou decidido pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOFC), conforme a especificidade do objeto, a complexidade da contratação ou outros elementos que a justifiquem, registrados expressamente no processo, nos quais devem ser considerados a redução de custos da contratação (art. 21, VI, da Resolução TSE n. 23.702/2022).

O processo de contratação estava em fase de consulta com a empresa para continuidade ou não do Carta-Contrato n. 17/2019 ([0879354](#)). A empresa manifestou-se pela não continuidade do contrato pelos motivos aduzidos no e-mail ([1062644](#)). Situação esta que desencadeou a urgência nesta nova contratação.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ante tal situação, com a execução da contratação emergencial nos moldes na Lei n. 14.133/2021, busca-se mais prazo para elaborar um novo processo normal de contratação dos serviços, sendo que após a efetivação da contratação emergencial advirá mais tempo para executar o processo ordinário de contratação.

### **19. Também afastou no próprio DFD o processamento da contratação por dispensa eletrônica, prevista nos arts. 28 e segs da IN TRE-RO n. 9/2022, justificando da seguinte forma:**

A pretensa contratação é importante para Administração, pois este contrato tem a finalidade de suprir a lacuna deixada pela empresa Axa Seguros S. A. O procedimento de dispensa eletrônica é um instrumento muito recente implantado na administração, não testado e consolidado ainda, portanto o risco seria a sua aplicação neste momento e o fim a que será utilizado a atualização do custo da obra e, não ter a celeridade necessária, poderá prejudicar o planejamento da licitação da execução da obra da futura sede, previsto para o final deste exercício.

Assim, esta unidade entende, diante do contexto exposto, sugerimos, por cautela, s.m.j, a dispensa da dispensa eletrônica, com fundamento no dispositivo da IN 9/2022 ([0917187](#)), art. 28, §2º, I, que a pretensa contratação seja processada da forma tradicional.

**20.** Nesses termos, esta Assessoria conclui pela adequação legal do Documento de Formalização da Demanda - DFD ([1065357](#)) ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

### **3.1.2 Análise da Estimativa da Despesa:**

**21.** Verifica-se que a unidade demandante utilizou-se do atual contrato vigente neste regional e da cotação direta aos fornecedores potenciais, procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (**art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021**). Isso porque a possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.

**22.** Quanto à justificativa do preço, neste Tribunal a estimativa da despesa está disciplinada pelo art. 9º e segs. da IN TRE-RO nº 9/2022, que utiliza, por meio de seu Anexo V, um documento padronizado, denominado de **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO**, elaborado em harmonia com o disposto no art. 23 da Lei n. 14.133/2021, atualmente regulamentado pela Instrução Normativa



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SEGES/ME n. 65/2021, havendo a unidade prestado as informações exigidas pelo referido formulário. No caso em análise o ICVEC foi juntado ao processo no evento [1076771](#) e demonstra que a cotação de preços nº 01/2023 foi expedida a diversas empresas do ramo. Contudo, a SEMAP certificou que apenas 1 (uma) empresa cotou o serviço pretendido, sendo que as demais informaram não realizar os serviços para Administração Pública. Veja-se:

(...) estimativa final da aquisição ou contratação, as fontes pesquisadas estão indicadas nos Eventos SEI [1066489](#) e [1066963](#). Em decorrência de apenas 1 (uma) única empresa ter manifestado o interesse e o declínio de renovação por conta da empresa Axa Seguros, este indicado no Evento SEI [1062644](#). Assim, tem-se o preço abaixo apresentado pela Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

(...)

**23.** Nesses termos, esta Assessoria Jurídica conclui que a unidade buscou de todas as formas disponíveis no caso concreto para realizar a cotação com segurados, porém obteve apenas uma proposta válida. Assim, estando comprovado o envio das cotações a diversas empresas do ramo - pode-se entender que há limitação de mercado para o objeto, admitida, de forma excepcional, a redução do número mínimo de três cotações válidas, de acordo com os comandos do **Acórdão TCU n. 2.531/2011 - Plenário**.

**24.** Por tal motivo, tratando-se de **situação emergencial** - que será analisada posteriormente neste parecer - e demonstrado os cumprimentos dos dois requisitos legais (**justificativa do preço e a razão da escolha do fornecedor**) a referida contratação poderá ser enquadrada na situação de dispensa de licitação prevista no art. 75, VIII, da Lei n. 10.133/2021.

**25.** Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do procedimento de estimativa da despesa ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

### **3.1.3 Análise do termo de referência:**

**26.** O Termo de Referência está disciplinado pelos **arts. 15 e sgs da IN TRE-RO n. 9/2022**, que o padroniza na forma de seu anexo VI, documento utilizado pela SEMAP para disciplinar as regras da contratação pretendida ([1077213](#)). Verifica-se que a unidade cuidou de inserir no TR todos os elementos tidos como essenciais, haja vista que alguns deles são dispensáveis, exigidos apenas para determinados objetos ou em função da sua complexidade. Destaca-se:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**I** - A definição do objeto para o atendimento da necessidade e as especificações técnicas sobre procedimentos de manutenção e substituição de peças - Capítulo 1;

**II** - A previsão da contratação no Plano Anual de Contratações de 2023 - Capítulo 2;

**III** - A fundamentação ou justificativa da contratação - Capítulo 3;

"Este Termo de Referência deve-se ao fato da rescisão contratual por parte da seguradora, AXA SEGUROS S.A., conforme registro de comunicado no Processo n. [0001801-25.2019.6.22.8000](#), evento [1062644](#). a) Os serviços prestados são de extrema necessidade visto que é para a proteção de todos os imóveis da Justiça Eleitoral no Estado de Rondônia. O pedido de não renovação do contrato por mais 1 (um) ano por parte da empresa acima mencionada conduz à uma contratação emergencial de modo a suprir a ausência de contratada para este escopo tão necessário ao desenvolvimento das atividades nesta Instituição. b) Diante de tal fato, será preciso manter uma empresa prestando o serviço em regime emergencial, nos termos do **art. 75, VIII, da Lei n. 14.133/2021**, visto que caracteriza urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares e serviços que possam ser concluídos no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso; c) E no corrente ano será elaborado novo termo de referência para a contratação via processo licitatório normal, com prazo de contrato maior do que o período emergencial";

**IV** - A descrição da solução como um todo - Capítulo 4;

**V** - Os requisitos da contratação - Capítulo 5; registrando as orientações quanto à apresentação da proposta;

**VI** - A previsão de práticas de sustentabilidade - Capítulo 6; definindo a aplicação IN nº 001/2010-SLTI/MPOG na presente contratação;

**VII** - O modelo de execução do objeto e os deveres e responsabilidades das partes - Capítulo 7;

**VIII** - Modelo de Gestão do Contrato com as indicações da gestão do contrato e a fiscalização - Capítulo 8; neste tópico, verifica-se houve menção a Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93 e IN TRE-RO nº



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04/20028. Contudo, pode-se considerar estas desatualizações como erro material, uma vez que a lei regedora desta contratação é a Lei nº 14.133/2021; além disso, destaca-se que a recente IN TRE-RO 4/2023 traz este tema em seus art. 53 a 60 e deve ser observado pela unidade gestora do futuro contrato;

**IX** - Critérios de Medição de Pagamento - Capítulo 9;

**X** - A estimativa do valor da contratação - Capítulo 9;

**XI** - Reajuste Contratual - Capítulo 10, **sanado pela Informação nº 130/2023 ([1079209](#)) juntamente com a minuta do instrumento contratual ([1079209](#));**

**XII** - Estimativa do Valor da Contratação - Capítulo 11;

**XIII** - Aderência Orçamentária - Capítulo 12;

**XIV** - Forma de seleção do fornecedor - Capítulo 13;

**XV** - Critérios de seleção do fornecedor - Capítulo 14;

**XVI** - Das Infrações e Sanções Aplicáveis - Capítulo 15;

**27.** Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do Termo de Referência n. 6/2023 SEMAP ([1077213](#)) ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022, podendo ser aprovado pela autoridade administrativa.

### **3.2 Da Possibilidade Jurídica de Contratação Emergencial:**

**28.** Quanto ao mérito deste processo, a nova Lei de Licitações e Contratos prevê, em seu art. 75, os casos de contratação direta, ou seja, sem a necessidade da realização de licitação, caracterizando a exceção legal à regra constitucional prevista no art. 37, inciso XXI, da Lei Maior.

**29.** Dentre as hipóteses legais consta a dispensa de licitação em casos de emergência, nos termos do inciso VIII, do artigo acima mencionado. Diz o dispositivo:

**Lei 14.133/2021:**

**Art. 75.** É dispensável a licitação:

**VIII - nos casos de emergência** ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a reconstrução de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

...

§ 6º Para os fins do inciso VIII do **caput** deste artigo, considera-se emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, e deverão ser observados os valores praticados pelo mercado na forma do [art. 23 desta Lei](#) e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial.

**30.** Depreende-se da leitura do dispositivo legal citado que é possível a dispensa da licitação quando ocorre situação real que poderá **ocasionar prejuízo** ou comprometer a segurança de pessoas, obras, **serviços, equipamentos e outros bens, público** ou particular. Para que seja caracterizada a urgência descrita na lei e, portanto, possível a dispensa de licitação, é indispensável a ocorrência dos seguintes pressupostos, no que relevante para esta análise:

a) a situação adversa deve caracterizar uma urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos;

b) deve ser dimensionada somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial, que possam ser concluídas no **prazo máximo de 1 (um) ano** contado da data de ocorrência da emergência;

c) são vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a reconstrução de empresa já contratada com base no disposto neste inciso.

**31.** No caso em análise **constata-se que as justificativas apresentadas pela SEMAP** no capítulo 3 do TR e reproduzidas no que essencial nesta análise, **cumprem os requisitos legais à caracterização da contratação emergencial demandada.** Acrescente-se ainda que, de acordo com a Informação 129/2023 - SEMAP (1079185), o contrato que se pretende terá prazo de execução de 1 (um) ano a contar do início do prazo de vigência da apólice do seguro até o término da data de seu vencimento, não sendo permitida a prorrogação, o que revela que foi dimensionado para o atendimento da situação emergencial e o necessário planejamento para nova contratação, nos termos do **inciso VIII do art. 75 da L. 14.133/2021.**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**32.** Caracterizada a situação de emergência, a Lei de Licitações estabelece outras condições a serem observadas no processo de dispensa, na forma do **§ 6º do art. 75 da Lei n. 14.133/2021**, a saber:

**I - valores praticados pelo mercado:** situação que foi demonstrada e justificada pela unidade demandante na Informação Conclusiva valor estimado (1076771), além de **analisada na Seção 3.1.2** deste parecer;

**II - adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório:** a unidade indicou que haverá tempo suficiente em 1 (um) ano para elaborar um novo processo com todos os elementos necessários para evitar possíveis falhas existentes no modelo de contratação anterior, consoante item 4 do TR nº 6/2023 – SEMAP.

**III - sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial:** Sobre este ponto, esta unidade jurídica entende que as justificativas apresentadas pela SEMAP no item 3 do TR n. 04/2023, afastam eventual apuratório com essa finalidade. Isso porque demonstram que **a contratação emergencial não decorreu de desídia ou má gestão**, elementos objetivos exigidos, como na Orientação Normativa n. 11 da AGU, veja-se:

### **Orientação Normativa AGU Nº 11, de 01 de abril de 2009**

A CONTRATAÇÃO DIRETA COM FUNDAMENTO NO INC. IV DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666, DE 1993, EXIGE QUE, CONCOMITANTEMENTE, SEJA APURADO SE A SITUAÇÃO EMERGENCIAL FOI GERADA POR FALTA DE PLANEJAMENTO, DESÍDIA OU MÁ GESTÃO, HIPÓTESE QUE, QUEM LHE DEU CAUSA SERÁ RESPONSABILIZADO NA FORMA DA LEI.

**33.** Contudo, poderá a autoridade administrativa competente decidir sobre a eventual apuração de responsabilidade dos agentes que diretamente deram causa ao ato.

### **3.3 Da análise minuta do contrato:**

**34.** Os instrumentos contratuais não estão listados entre aqueles que integram a fase de planejamento da contratação, os quais devem ser submetidos ao controle de legalidade da Assessoria Jurídica na forma do **art. 53 da Lei n. 14.133/2021**. Contudo, o § 4º desse mesmo dispositivo determina que o órgão de assessoramento jurídico da Administração **também realizará o controle prévio de legalidade** das contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

seus termos aditivos. Por sua vez, o instrumento de contrato - ou seu substitutivo - é imperativo nos casos elencados pela lei. Veja-se:

**Art. 95.** O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

**I - dispensa de licitação em razão de valor;**

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais **não resultem obrigações futuras**, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

§ 1º Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no [art. 92 desta Lei](#).

§ 2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais). [\(Vide Decreto nº 10.922, de 2021\)](#) [\(Vigência\)](#)

**35.** Como não se trata de dispensa em razão de valor, mas sim originada em situação emergencial, aliás com serviços que resultam obrigações futuras às partes, tem-se como imperativo a adoção do instrumento de contrato. Por sua vez, a análise dos elementos da minuta do instrumento contratual trazida ao processo pela SECONT no evento ([1079229](#)), revela que essa foi adequada às regras disciplinadas pelo novo regime jurídico das contratações instituído pela Lei n. 14.133/2021. Por sua vez, as condições ajustadas decorrem dos demais documentos da fase de planejamento, notadamente do termo de referência elaborada pela unidade demandante. Assim, sob o aspecto formal, verifica-se que o instrumento se encontra em **conformidade** com as regras da Lei n. 14.133/2021, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

## **IV – CONCLUSÃO**

**36. Pelo exposto**, e por tudo o mais que consta neste processo, esta assessoria jurídica conclui pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, previstos no art. 72 da Lei n. 14.133/2021 e nas disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, motivo pelo qual opina:

**a)** pela aprovação do **Termo de Referência n. 6/2023 - SEMAP** ([1077742](#)) - também analisado e julgado regular pela SAC ([1077742](#)) - caso assim entenda a autoridade competente para aprovação, na forma do item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) pela possibilidade jurídica da contratação **EMERGENCIAL**, por meio de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, VIII, da Lei 14.133/2021, dos serviços especificados no objeto do termo de referência retrocitado, diretamente com a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, CNPJ 61.198.164/0001-60, vencedora da cotação de preços, no valor R\$ 32.936,40, pelo prazo de 1 (um) ano, a contar do início do prazo de vigência da apólice do seguro, e que também comprovou a regularidade fiscal, econômica, trabalhista e a habilitação técnica, conforme documentos juntados nos eventos ([1078448](#)) ([1078450](#)) ([1078453](#)) ([1079162](#)).

**Sobre eventual apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial:** Esta unidade jurídica entende que as justificativas apresentadas pela SEMAP no item 3 do TR n. 06/2023, afastam eventual apuratório com essa finalidade. Isso porque demonstram que a **contratação emergencial não decorreu de desídia ou má gestão**, elementos objetivos exigidos para esse procedimento, como na Orientação Normativa n. 11 da AGU. Contudo, **poderá a autoridade administrativa competente decidir sobre a eventual apuração de responsabilidade dos agentes que diretamente deram causa ao ato.**

Registre-se que, conforme já apontado no **item 7 deste parecer**, há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à regularidade da despesa no planejamento orçamentário de 2023 para **valores da despesa pretendida** ([1078237](#)).

c) para cumprimento do **§ 4º do art. 53 da Lei n. 14.133/2021**, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta do contrato ([1079229](#)), estando o instrumento apto a produzir os efeitos jurídicos pretendidos e regular a relação entre as partes.

**37.** Com precedente no **Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário**, entende-se **necessária a publicação na imprensa oficial**, haja vista que o valor da contratação está acima do patamar da dispensa legal em razão do valor. Além disso, o item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022 estabelece que o extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários, serão divulgados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO**. Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita também a **publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 31/10/2023, às 17:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 31/10/2023, às 17:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1079966** e o código CRC **3F61D40B**.

0001859-86.2023.6.22.8000

1079966v11



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0001859-86.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Manutenção Predial - SEMAP

ASSUNTO: Contratação emergencial - Dispensa de licitação tradicional – Contratação de serviços de seguro para cobertura de risco total de bens móveis e imóveis pertencentes ao TRE-RO.

**DESPACHO Nº 1344 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela SEMAP ([1065297](#)), objetivando a contratação emergencial de pessoa jurídica especializada em serviços de seguro, para cobertura de risco total de bens móveis e imóveis pertencentes ao Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO), com contornos iniciais delineados no Documento de Formalização de Demanda - DFD (evento [1065357](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O Secretário da SAOFC, mediante Despacho n. 2233/2023 ([1065555](#)), analisou que, de acordo com as justificativas apontadas no DFD, a contratação **não** exigiria a instituição de Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, bem como a elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Riscos. Assim, com fundamento no § 3º do art. 3º da IN TRE-RO n. 9/2022, encaminhou o processo à SEMAP, para elaboração do Termo de Referência, realização de pesquisa de preços e elaboração da Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC.

Em atendimento ao referido despacho e instrução do feito, foram juntados os seguintes documentos ao processo: **a)** pesquisa de preços ([1066489](#)) e cotação de preços ([1066963](#)); **b)** Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação direta ([1076771](#)), com valor estimado de R\$ 32.936,40 (trinta e dois mil novecentos e trinta e seis reais e quarenta centavos); **c)** Termo de Referência n. 6/2023-SEMAP ([1065705](#)).

O Termo de Referência n. 6/2023-SEMAP ([1065705](#)) reproduziu as regras da contratação direta, com dispensa de licitação, fundada na situação de **emergência**, com fundamento no art. 75, VIII, da Lei n. 14.133/2021. Descreveu, ainda, o objeto e seus complementos, justificou a necessidade da contratação, descreveu a conformidade com o planejamento estratégico, aderência ao planejamento orçamentário, condições de habilitação, da gestão e fiscalização e sanções administrativas.

Na sequência, a SAOFC encaminhou o feito, concomitantemente, à SAC, para análise dos documentos da etapa de planejamento da contratação; à COFC, para programação orçamentária; à SECONT, com vistas à elaboração da minuta de instrumento contratual e, por fim, à AJSAOFC, para análise e emissão de parecer jurídico ([1077276](#)).

Realizada a Cotação de Preços no mercado local mediante e-mail enviado à SURAMA Corretoras de Seguros (detentora do CNAE referente à cotação de seguros), das 3 (três) empresas que apresentaram resposta à pesquisa de mercado realizada pela SEMAP, por meio da SURAMA Corretora de Seguros, apenas a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, CNPJ nº 61.198.164/0001-60, encaminhou propostas comerciais ([1066489](#)), conforme teor da ICVC ([1076771](#)), e, posteriormente, comprovou a sua regularidade e habilitação exigidas para contratar com este Regional.

A Seção de Apoio às contratações - SAC manifestou-se pela regularidade do Termo de referência nº 6/2023 -



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([1077213](#)), complementado pela cotação juntada no evento [1066489](#), que encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 75, inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021, para **contratação direta por dispensa de licitação**, a ser analisada pela Assessoria Jurídica da SAOFC, nos termos do art. 26, inciso V, da IN n. 009/2022-TRE-RO ([1077742](#)).

A COFC informou acerca da previsão da despesa no planejamento orçamentário do exercício de 2023 ([1078198](#)). A SPOF, por sua vez, juntou aos autos a Programação Orçamentária no valor de R\$ 32.936,40 ([1078237](#)), para custear o valor total da despesa.

A SECONT elaborou a minuta de contrato ([1079229](#)), remetendo à Assessoria Jurídica da SAOFC ([1079230](#)).

A AJSAOFC, por meio do Parecer Jurídico nº 248/2023 ([1079966](#)), concluiu pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, previstos no art. 72 da Lei n. 14.133/2021 e nas disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, motivo pelo qual opinou: pela aprovação do Termo de Referência n. 6/2023 – SEMAP ([1077213](#)) - também analisado e julgado regular pela SAC ([1077742](#)), caso assim entenda a autoridade competente para aprovação, na forma do item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022; pela possibilidade jurídica da contratação EMERGENCIAL, por meio de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, VIII, da Lei 14.133/2021, dos serviços especificados no objeto do termo de referência retrocitado, diretamente com a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ 61.198.164/0001-60, vencedora da cotação de preços, no valor R\$ 32.936,40, pelo prazo de 1 (um) ano, a contar do início do prazo de vigência da apólice do seguro, e que também comprovou a regularidade fiscal, econômica, trabalhista e a habilitação técnica, conforme documentos juntados nos eventos [1078448](#), [1078450](#), [1078453](#) e [1079162](#). Por fim, aprovou os termos da minuta do contrato ([1079229](#)), em cumprimento ao § 4º do art. 53 da Lei n. 14.133/2021. Entendeu, ainda, ser necessária a publicação na imprensa oficial, haja vista que o valor da contratação está acima do patamar da dispensa legal em razão do valor. Além disso, o item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022 estabelece que o extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários, serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO.

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de dispensa de licitação e manifestou-se pela aprovação **dos documentos que integram a**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**fase de planejamento da contratação:** Documento de Formalização da Demanda ([1065357](#)), Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Contratação - ICVEC ([1076771](#)), Termo de Referência ([1077213](#)), na forma do item 15 do Anexo VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, pela autoridade competente, com fundamento no inciso [I do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021 \(Nova Lei de Licitações e Contratos\)](#); pela autorização da despesa de forma direta por dispensa de licitação, com fulcro no inciso [VIII do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021](#); pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado ([1076771](#)); contratação direta da empresa **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais**, CNPJ nº 61.198.164/0001-60, no valor total de **R\$ 32.936,40**, vencedora da cotação de preços para prestação dos serviços pelo período de 1 (um) ano, por dispensa de licitação em caráter emergencial, em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo [art. 75, inciso VIII, da Lei. nº 14.133/2021](#); e publicação do ato de dispensa no DJE, em respeito ao princípio da publicidade e em consonância com o [parágrafo único do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021](#), do [Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário](#), bem como do ato autorizativo da contratação direta em sítio eletrônico oficial do TRE-RO, a fim de propiciar a divulgação e disposição ao público em geral, na forma do [parágrafo único do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021](#), além da regular publicação/replicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (Manifestação n. 476/2023-GABSAOFC - [1080520](#)).

Vieram os autos para apreciação, nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que o presente pedido de contratação foi elaborado pelas regras do regime jurídico da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicável a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO n. 9, de 11/10/2022, publicada no DJE TRE-RO n. 250, de 05/09/2022 e de observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022 ([0934832](#)).

Conforme relatado, a SEMAP pleiteou, em regime de urgência, a contratação de empresa especializada em serviços de seguro, para cobertura de risco total de bens móveis e imóveis pertencentes ao TRE-RO, justificando a necessidade da presente contratação emergencial, em razão dos riscos de ocorrências de sinistros de diversas naturezas como avarias nas edificações e bens, danos e perdas oriundas de incêndios, raios, explosões, danos elétricos, colisões, desastres que possam advir de fenômenos da natureza ou de ações humanas como acidentes, tumulto, roubo e/ou furto de bens e da necessidade de garantir a proteção do patrimônio público.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ademais, no TR ([1077213](#)) justifica também que a presente contratação deve-se ao fato da rescisão contratual por parte da seguradora, AXA SEGUROS S.A., conforme registro de comunicado no Processo n. [0001801-25.2019.6.22.8000](#), evento [1062644](#):

- a) Os serviços prestados são de extrema necessidade visto que é para a proteção de todos os imóveis da Justiça Eleitoral no Estado de Rondônia. O pedido de não renovação do contrato por mais 1 (um) ano por parte da empresa acima mencionada conduz à uma contratação emergencial de modo a suprir a ausência de contratada para este escopo tão necessário ao desenvolvimento das atividades nesta Instituição.
- b) Diante de tal fato, será preciso manter uma empresa prestando o serviço em regime emergencial, nos termos do **art. 75, VIII, da Lei n. 14.133/2021**, visto que caracteriza urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares e serviços que possam ser concluídos no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;
- c) E no corrente ano será elaborado novo termo de referência para a contratação via processo licitatório normal, com prazo de contrato maior do que o período emergencial.

Destaca-se, ainda, que no DFD ([1065357](#)), especificamente no campo reservado às **Informações Adicionais**, a unidade demandante sugeriu a dispensa de ETP, Mapa de Riscos e Indicação de Equipe de Planejamento da Contratação apresentando as seguintes justificativas:

A elaboração dos documentos previstos nos incisos II, III, e IV do caput é facultativa, a critério da unidade demandante ou decidido pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOFC), conforme a especificidade do objeto, a complexidade da contratação ou outros elementos que a justifiquem, registrados expressamente no processo, nos quais devem ser considerados a redução de custos da contratação (art. 21, VI, da Resolução TSE n. 23.702/2022).

O processo de contratação estava em fase de consulta com a empresa para continuidade ou não do Carta-Contrato n. 17/2019 ([0879354](#)). A empresa manifestou-se pela não continuidade do contrato pelos motivos aduzidos no e-mail ([1062644](#)). Situação esta que desencadeou a urgência nesta nova contratação.

ante tal situação, com a execução da contratação emergencial nos moldes na Lei n. 14.133/2021, busca-se mais prazo para elaborar um novo processo normal de contratação dos serviços, sendo que após a efetivação da contratação emergencial advirá mais tempo para executar o processo ordinário de contratação.

Além disso, o próprio DFD também afastou a possibilidade de processamento da contratação por dispensa eletrônica, prevista nos arts. 28 e segs da IN TRE-RO n. 9/2022, justificando da seguinte forma:

A pretensa contratação é importante para Administração, pois este contrato tem a finalidade de suprir a lacuna deixada pela empresa Axa Seguros S. A. O procedimento de dispensa eletrônica é um instrumento muito recente implantado na





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

administração, não testado e consolidado ainda, portanto o risco seria a sua aplicação neste momento e o fim a que será utilizado a atualização do custo da obra e, não ter a celeridade necessária, poderá prejudicar o planejamento da licitação da execução da obra da futura sede, previsto para o final deste exercício.

Assim, esta unidade entende, diante do contexto exposto, sugerimos, por cautela, s.m.j, a dispensa da dispensa eletrônica, com fundamento no dispositivo da IN 9/2022 ([0917187](#)), art. 28, §2º, I, que a pretensa contratação seja processada da forma tradicional.

Nota-se, assim, que a presente contratação emergencial visa, de fato, preservar a continuidade da prestação dos serviços e das atividades finalísticas deste tribunal e proteger o patrimônio do TRE-RO dos riscos de ocorrências de sinistros de diversas naturezas como avarias nas edificações e bens, danos e perdas oriundas de incêndios, raios, explosões, danos elétricos, colisões, desastres que possam advir de fenômenos da natureza ou de ações humanas como acidentes, tumulto, roubo e/ou furto de bens e da necessidade de garantir a proteção do patrimônio público.

Portanto, não resta outra alternativa que não seja a via da contratação direta, por dispensa de licitação, **em razão de situação emergencial**. Para hipóteses tais como esta, a **Lei n. 14.133/2021**, nos termos do inciso VIII do artigo 75, assim estabelece:

**Art. 75.** É dispensável a licitação:

**VIII - nos casos de emergência** ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

...

§ 6º Para os fins do inciso VIII do **caput** deste artigo, considera-se emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, e deverão ser observados os valores praticados pelo mercado na forma do [art. 23 desta Lei](#) e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial.

Pela simples leitura do dispositivo legal citado, denota-se que é possível a dispensa da licitação quando ocorre situação real que poderá **ocasionar prejuízo** ou comprometer a segurança de pessoas, obras, **serviços, equipamentos e outros bens, público** ou particular. Para que seja caracterizada a urgência descrita na lei e, portanto, possível a



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dispensa de licitação, é indispensável a ocorrência dos seguintes pressupostos, no que relevante para esta análise:

a) a situação adversa deve caracterizar uma urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos;

b) deve ser dimensionada somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial, que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano contado da data de ocorrência da emergência;

c) são vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso.

No caso em análise, **constata-se que as justificativas apresentadas pela SEMAP** no capítulo 3 do TR ([1077213](#)), **cumprem os requisitos legais à caracterização da contratação emergencial demandada**. Acrescente-se ainda que, de acordo com o **item 7.1.1 do TR**, prazo de execução do contrato será equivalente ao prazo de vigência da apólice, ou seja, 1 (um) ano, contado da emissão da apólice de seguro, na forma do subitem 7.1.4, alínea "f", com fundamento no art. 75, VIII, da lei n. 14.133/2021.

Não obstante, de acordo com a Informação 129/2023 - SEMAP ([1079185](#)), o contrato que se pretende terá prazo de execução de 1 (um) ano a contar do início do prazo de vigência da apólice do seguro até o término da data de seu vencimento, não sendo permitida a prorrogação, o que revela que foi dimensionado para o atendimento da situação emergencial e o necessário planejamento para nova contratação, nos termos do **inciso VIII do art. 75 da L. 14.133/2021**.

Assim, não se pode olvidar que, uma vez presentes todos os requisitos previstos no ordenamento jurídico, cabível será a dispensa de licitação por emergência, considerando que, **neste momento**, não se mostra possível observar o procedimento licitatório ordinário, com atendimento de todos os prazos e formalidades, sem que isso possa implicar riscos sérios de danos à continuidade das funções desta Justiça Eleitoral. Para situações de emergência, as medidas também devem ser de emergência, com ações imediatas e eficientes.

Não obstante, verifica-se que no caso concreto a melhor solução adotada realmente é o processamento da contratação de forma direta, por dispensa de licitação, ante a situação de emergência devidamente demonstrada nos autos, enquadrando-se nos termos do art. 75, inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Caracterizada a situação de emergência, a Lei de Licitações estabelece outras condições a serem observadas no processo de dispensa, na forma do § 6º do art. 75 da Lei n. 14.133/2021, quais sejam:

I - valores praticados pelo mercado: situação que foi demonstrada por meio da pesquisa de preços levada a cabo pela unidade demandante ([1066489](#) e [1066963](#)) e analisada na Seção 3.1.2 do parecer jurídico ([1079966](#));

II - adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório: a unidade indicou que haverá tempo suficiente em 1 (um) ano para elaborar um novo processo com todos os elementos necessários para evitar possíveis falhas existentes no modelo de contratação anterior, consoante item 4 do TR nº 6/2023 – SEMAP;

III - sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial: sobre este ponto, a AJSAOFC entende que as justificativas apresentadas pela SEMAP no item 3 do TR n. 04/2023, afastam eventual apuratório com essa finalidade. Isso porque demonstram que **a contratação emergencial não decorreu de desídia ou má gestão**, elementos objetivos exigidos, como na Orientação Normativa n. 11 da AGU.

Ademais, estão presentes os documentos obrigatórios da fase de planejamento das contratações diretas: a) Documento de Formalização da Demanda/Solicitação da Contratação ([1065357](#)); b) Estimativa da Despesa ([1076771](#)); e c) Termo de Referência ([1077213](#)). A AJSAOFC concluiu pela adequação legal de todos esses documentos ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

Por fim, devido tratar-se de dispensa não em razão de valor, mas sim originada em situação emergencial, com serviços que resultam obrigações futuras à contratada, é imperiosa a adoção do instrumento de contrato, cuja minuta foi juntada ao processo pela SECONT ([1079229](#)) e devidamente analisada pela AJSAOFC, que aprovou seus termos, ante a constatação da adequação às regras disciplinadas pelo novo regime jurídico das contratações instituído pela Lei n. 14.133/2021.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria TRE-RO n. 66/2018, **autorizo** a dispensa de licitação, **em razão de situação emergencial**, reconhecida pela SAOFC, na forma do **inciso VIII do art. 75 da Lei n. 14.133/2021**, e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**1 - Aprovo o Termo de Referência n. 6/2023 – SEMAP ([1077213](#))**, uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2021 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022, bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento nos termos do item do 15 do anexo VIII da IN n. 9/2022;

**2 - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva do evento [1076771](#)**, em cumprimento ao item 40 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015 (atualizado pela Portaria CNJ n. 57/2023) e ao Acórdão TCU n. 2622/2015-Plenário;

**3 - Adjudico o objeto à empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, inscrita no CNPJ sob o nº 61.198.164/0001-60, e autorizo a emissão de Nota de Empenho no valor total de R\$ 32.936,40 (trinta e dois mil novecentos e trinta e seis reais e quarenta centavos), em favor da referida empresa; e

**4 - Determino a publicação do ato de dispensa**, em respeito ao princípio da publicidade, com fundamento no [Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário](#), bem como **do ato autorizativo da contratação direta** em sítio eletrônico oficial do TRE-RO, a fim de propiciar a divulgação e disposição ao público em geral, na forma do [parágrafo único do art. 72 da Lei nº 14.133/2021](#), além da regular publicação/replicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 08/11/2023, às 20:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1082604** e o código CRC **672108B6**.